



Ministério do Turismo

Avaliação Ambiental Estratégica

REGIÃO COSTA NORTE

- Linha de Base: Planos, Programas e Projetos -

Sumário

1. PLANOS E PROGRAMAS FEDERAIS.....	288
1.1. Ministério do Turismo	288
1.1.1. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR NE).....	288
1.1.1.1. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)	288
1.1.1.1.1. Plano de Ação do PDITS do Pólo Costa do Sol (CE).....	290
1.1.1.1.2. Plano de Ação do PDITS do Pólo Costa do Delta (PI)	294
1.1.1.1.3. Plano de Ação do PDITS do Pólo São Luís e Entorno (MA).....	298
1.1.2. Plano de Roteirização (CEPIMA).....	301
1.1.3. Programa de Capacitação e Produção Associada ao Turismo.	302
1.1.3.1. Projeto de Desenvolvimento do Setor Turístico na Região dos Lençóis Maranhenses.....	302
1.1.3.2. Projeto de Desenvolvimento do Setor Turístico no Litoral Extremo Oeste do Ceará.....	303
1.1.3.3. Projeto de Apoio à Formação de Cooperativas	305
1.1.4. Plano Cores do Brasil	305
1.1.5. Plano Aquarela	306
1.1.6. Programa Turismo Sustentável e Infância.....	306
1.2. Ministério do Meio Ambiente.....	308
1.2.1. Programa Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)	308
1.2.2. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO)....	308

1.2.3.	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO)	310
1.2.4.	Programa Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE).....	311
1.2.5.	Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo da Zona Costeira e Marinha - Cartas SAO	312
1.2.6.	Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla.....	312
1.2.7.	Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)	313
1.2.8.	Projeto de Educação Ambiental no Parque Nacional de Jericoacoara.....	314
1.2.9.	Projeto Peixe-Boi.....	314
1.3.	Ministério da Defesa	315
1.3.1.	Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA).....	315
1.4.	Ministério de Minas e Energia	316
1.4.1.	Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE) – 2006-2015.....	316
1.4.2.	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)	316
1.4.3.	Programa Luz para Todos	316
1.5.	Ministério da Integração Nacional	317
1.5.1.	Projeto Distrito de Irrigação dos Tabuleiros Litorâneos do Piauí	317
1.5.2.	Projeto São Bernardo	317
1.5.3.	Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP).....	318
1.6.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	319
1.6.1.	Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família	319
1.7.	Ministério da Educação.....	321
1.7.1.	Programa Brasil Alfabetizado	321

1.7.2.	Programa de Apoio ao Atendimento à Educação de Jovens e Adultos	322
1.7.3.	Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).....	323
1.7.4.	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).....	323
1.7.5.	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)	324
1.8.	Ministério do Desenvolvimento Agrário	325
1.8.1.	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	325
1.9.	Ministério do Trabalho e Emprego.....	326
1.9.1.	Programa Economia Solidária em Desenvolvimento	326
1.9.2.	Projeto Juventude Cidadã	327
1.10.	Ministério da Saúde	328
1.10.1.	Programa Saúde da Família	328
1.10.2.	Programa de Agentes Comunitários de Saúde	329
1.10.3.	Programa de Saúde Bucal.....	329
1.11.	Ministério das Cidades.....	330
1.11.1.	Programa Saneamento para Todos.....	330
2.	PLANOS E PROGRAMAS ESTADUAIS	331
2.1.	Secretaria de Turismo do Estado do Ceará	331
2.1.1.	Programa de Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos	331
2.1.2.	Programa de Marketing Turísticos	331
2.1.3.	Programa de Captação de Investimentos	332
2.2.	Secretaria de Ouvidoria e Meio Ambiente do Estado do Ceará	332

2.2.1. Programa Selo Município Verde	332
2.2.2. Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Ceará.....	333
2.2.3. Política e Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Ceará.....	333
2.3. Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará	335
2.3.1. Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (PROURB)	335
2.4. Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Piauí	337
2.4.1. Projeto Piloto de Recuperação de Matas Ciliares nos Principais Rios do Estado	337
2.5. Secretaria de Agricultura Abastecimento e Irrigação do Estado do Piauí.....	337
2.5.1. Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca no Piauí	337
2.6. Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos do Maranhão.....	338
2.6.1. Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (PAPL).....	338
2.7. Secretaria de Estado de Turismo	338
2.7.1. Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo – Plano Maior	338
3. PLANOS E PROGRAMAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONG).....	339
3.1. Instituto TERRAMAR	339
3.1.1. Programa de Gestão Costeira	339
4. PLANOS E PROGRAMAS SETOR PRIVADO	340
4.1. Projeto Camocim Global Village	340
4.2. Condado Ecológico de Camocim.....	341

Tabela

Tabela VII 1 — Pólos de Turismo, Áreas de Planejamento e Situação dos PDITS dos Estados CE, PI e MA.....	289
Tabela VII 2 — Ações Aprovadas (1º e 2º sub-empréstimos) no PDITS-CE para Costa Norte	291
Tabela VII 3 — Ações Propostas no PDITS-CE, e não-aprovadas, para a Costa Norte.....	292
Tabela VII 4 — Ações Aprovadas no PDITS-PI que abrangem os municípios da Costa Norte.....	295
Tabela VII 5 — Ações Propostas no PDITS/PI, e não financiadas, para a Costa Norte	296
Tabela VII 6 — Ações PDITS/MA aprovadas para Adiantamento de Contrapartida na Costa Norte	299
Tabela VII 7 — Ações PDITS/MA, e não incluídas para Adiantamento de Contrapartida na Costa Norte	300
Tabela VII 8 — Áreas Prioritárias para Conservação na Costa Norte e Entorno.....	309
Tabela VII 9 — Ações do Programa Bolsa Família nos municípios da Costa Norte.....	319
Tabela VII 10 — Valores do Programa Bolsa Família aplicados nos municípios da Costa Norte (2006).....	320
Tabela VII 11 — Programa Brasil Alfabetizado nos municípios da Costa Norte (2006).....	321

Figura

Figura VII 1 — Áreas Prioritárias que incidem na região da Costa Norte.....	310
---	-----

VII - PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA COSTA NORTE

1. PLANOS E PROGRAMAS FEDERAIS

1.1. Ministério do Turismo

1.1.1. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR NE)

De todos os planos, programas e projetos que incidem na Costa Norte, o PRODETUR é o mais importante no contexto do presente estudo. Além de envolver um plano para a gestão estadual e municipal do turismo, com uma forte interface com a gestão ambiental no âmbito estadual, é fruto da concepção e do desenvolvimento de um programa de âmbito nacional, mantendo, portanto, um perfil semelhante nos três estados da Costa Norte.

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) é o instrumento técnico de planejamento, gerenciamento, coordenação e execução das decisões de investimento de longo prazo nos pólos de turismo definidos pelos estados envolvidos no PRODETUR. O Regulamento Operacional do Programa (ROP) é o documento que estabelece as diretrizes para a elaboração do PDITS, inclusive os respectivos termos referênciados.

O PRODETUR NE, agora em sua segunda fase, PRODETUR/NE II, em todos os estados que abrangem¹, tem como instituição executora o Banco do Nordeste (BNB). A elaboração e a execução do PDITS são de responsabilidade dos respectivos governos estaduais, por meio das Unidades Executoras, geralmente vinculadas às secretarias de turismo; outras secretarias e órgãos do governo estadual atuam como co-executores do PDITS, que deve ser revistos a cada dois anos, por se tratar de instrumento dinâmico de planejamento. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é a principal fonte de recursos para a realização das ações definidas no PDITS que sejam elegíveis, nos termos dos Regulamentos Operacionais dos contratos de empréstimo. Na fase II do PRODETUR NE, foram previstos custos de US\$ 400 milhões, dos quais 60% por empréstimos do BID e 40% na forma de contrapartida nacional: governos federal (Ministério do Turismo e outros), estadual e municipal.

1.1.1.1. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)

O alcance geográfico de um PDITS é uma área previamente identificada dentro do pólo como prioritária para o desenvolvimento do turismo, por meio de investimento, – chamada de "Área de Planejamento" – e se constitui de três tópicos principais:

- diagnóstico ambiental e socioeconômico;

¹ Todos do Nordeste e mais as regiões nordeste dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo

- estimativas de demanda turística atual e potencial; e
- plano de ação, delineado a partir da definição de estratégias e metas para o desenvolvimento do turismo no pólo.

Para os pólos que receberam recursos do PRODETUR I, os PDITS devem incluir, como primeira etapa de trabalho, uma análise dos impactos positivos e negativos das ações realizadas, visando identificar danos ambientais e sociais a serem corrigidos e novas demandas de investimento (para complementá-los). Os três estados da Costa Norte receberam recursos do PRODETUR I.

A elaboração do PDITS envolve necessariamente um processo participativo, a partir da realização de consultas públicas na fase de diagnóstico, por meio de oficinas, e na fase de planejamento, em reunião geral para apresentação e discussão do Plano de Ação, antes de sua formatação final e validação pelo Conselho do Pólo.

Para receber recursos do PRODETUR, cada PDITS é também avaliado por um Grupo de Trabalho formado por técnicos do BNB e do Ministério do Turismo (MTur), que analisa, principalmente, a coerência do Plano de Ação com as etapas anteriores de estudo (o diagnóstico, as estimativas de demanda turística da área de planejamento e a análise de impactos da primeira fase do PRODETUR), segundo os critérios de elegibilidade das ações e investimentos definidos no Regulamento Operacional do Programa.

Foram elaborados PDITS para os pólos dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, que abrangem os municípios da Costa Norte. Observe-se (**Tabela VII 1**) que no Piauí e no Maranhão as áreas de planejamento são as mesmas dos pólos, sendo que no Maranhão o Pólo São Luiz e Entorno é, na verdade, a reunião dos três pólos originais.

Tabela VII 1 — Pólos de Turismo, Áreas de Planejamento e Situação dos PDITS dos Estados CE, PI e MA

Pólos	Municípios do Pólo	Municípios da Área de Planejamento	Situação do PDITS
Ceará Pólo Costa do Sol	Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca, Aquiraz, Cruz, Itarema, Amontada, Acaraú, Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja e Viçosa do Ceará	Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi Itapipoca, Aquiraz, Jijoca de Jericoacoara, Camocim.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1ª versão em 2003, validado pelo Conselho do Pólo em 03/2004; ▪ parecer do GT em 04/2004 pediu revisão; <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2ª versão em 07/2004; ▪ novo parecer do GT em 09/2004, aprova o PDITS, com restrições e recomendações.
Piauí Pólo Costa do Delta	Teresina, Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia, Cajueiro da Praia		<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1ª versão em 2003; validado pelo Conselho do Pólo em 10/2003; ▪ parecer do GT em 03/2004 aprova parte das ações e pede revisão; <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2ª versão em 10/2004; ▪ novo parecer do GT em 01/2005 ainda pede revisão e aprova a realização de ações com ressalvas.
Maranhão Pólo São Luís e Entorno	<p>Pólo 1 – Histórico-Cultural: São Luiz, Alcântara, Raposa, Paço do Lumiar, São José de Ribamar.</p> <p>Pólo 2 – Lençóis Maranhenses: Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro, Barreirinhas.</p> <p>Pólo 3 – Delta do Parnaíba: Paulino Neves, Tutóia, Água Doce e Araiases.</p>		<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1ª (e única) versão concluída em 2004; <ul style="list-style-type: none"> ▪ ainda sem parecer do GT.

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ com base em dados do MTur, 2006.

Como visto, nenhum dos três PDITS pode ser considerado um documento final, uma vez que faltam conclusão e aprovação pelo grupo de trabalho BNB-MTur. Por definição, o PDITS, enquanto instrumento de planejamento, deve ter certa flexibilidade de modo a se adequar a eventuais mudanças imprevistas de cenário assim como as eventuais contribuições voltadas para aprimorar as estratégias e as metas de sustentabilidade do turismo. Por outro lado, as prerrogativas, diretrizes e critérios do Regulamento Operacional estabelecem os contornos e limites das mudanças.

1.1.1.1.1. Plano de Ação do PDITS do Pólo Costa do Sol (CE).

A partir da avaliação dos impactos do PRODETUR I, foram definidos quais municípios deveriam integrar a área de planejamento do Pólo de Turismo da Costa do Sol. Essa avaliação apontou para a necessidade de completar ou complementar as ações e investimentos em todos os municípios beneficiados pelo PRODETUR I, além de incluir os municípios de Aquiraz (a leste de Fortaleza) e de Jijoca de Jericoacoara e Camocim (no litoral extremo oeste), os três considerados impactados pelos investimentos da primeira fase do Programa.

O Plano de Ação do PDITS-CE foi orçado em **US\$ 186,22 milhões**, para um total de mais de **duzentas ações**, organizadas em três principais componentes: fortalecimento da capacidade municipal de gestão; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico; e promoção e investimentos para o setor privado. Desse total, um conjunto de **64 ações** abrange os municípios de Jijoca de Jericoacoara e Camocim, os únicos da Área de Planejamento que fazem parte da Costa Norte.

De acordo com a avaliação do PRODETUR I, contida no PDITS², os investimentos para a melhoria da acessibilidade ao litoral oeste, com as obras de infra-estrutura do aeroporto de Fortaleza e de parte da rodovia CE-085, provocaram aumento de fluxo turístico para

Na primeira avaliação do PDITS-CE feita pelo GT BNB-MTur (parecer técnico de abril/2004), consideraram-se não elegíveis os investimentos em Camocim e no aeroporto em Parazinho (Granja), não sendo, portanto, financiáveis pelo PRODETUR NE II. Essa avaliação levou em conta, principalmente, os atuais fluxos turísticos para Camocim, que não justificam tais investimentos; por outro lado, o PDITS não é conclusivo quanto aos benefícios e à sustentabilidade socioambiental do empreendimento.

Em resposta a esta conclusão do GT, a Secretaria de Turismo do Governo do Ceará (SETUR) anexou ao PDITS revisado, um documento que reforça as justificativas da necessidade de inclusão de Camocim e do aeroporto na atual fase do PRODETUR⁽¹⁾. Além dos argumentos baseados nas estatísticas de fluxos turísticos para a região e na procura por hospedagem em Camocim nos períodos de alta temporada, já que Jericoacoara, por conta da estrutura da Vila, não atende satisfatoriamente aos turistas, a SETUR faz referência a dois grandes projetos turísticos previstos para Camocim⁽²⁾, destacando, o interesse dos empresários em formar parceria com o estado para a implantação do aeroporto. Desse modo, o PDITS revisado manteve as ações para Camocim e para o aeroporto em Parazinho. Porém, o segundo parecer do GT de setembro de 2004, em nova revisão do PDITS, mantém a conclusão de que os investimentos em Camocim e no aeroporto não são elegíveis segundo os critérios do Regulamento Operacional do Programa. Além disso, o parecer do GT considerou necessária a revisão das prioridades, indicando que algumas ações devem passar a ser consideradas de maior prioridade, entre elas algumas que afetam a Costa Norte: elaboração de planos diretores municipais; planos municipais de fortalecimento da gestão do turismo; capacitação da população; fortalecimento da UEE; fortalecimento da SETUR; construção de aterros sanitários, coleta seletiva de lixo, aquisição de equipamentos de coleta, centro de triagem de lixo, em Jijoca de Jericoacoara; e ainda os estudos de capacidade de carga dos ecossistemas para o turismo, com prioridade para Jericoacoara.

⁽¹⁾PRODETUR/CE – Evidência dos Impactos em Camocim. Secretaria de Turismo, Governo do Estado do Ceará, Fortaleza, julho de 2004.

² Os investimentos no aeroporto de Fortaleza, em rodovias e em saneamento básico consumiram quase 80% dos recursos do PRODETUR I para o Estado do Ceará. No total foram gastos US\$ 163,81 milhões.

Jijoca de Jericoacoara e Camocim, justificando-se, assim, a inclusão desses municípios na área de planejamento do PDITS do Ceará³.

Dois sub-empréstimos do PRODETUR NE II foram liberados para a execução do PDITS do Ceará. Nos municípios da Costa Norte, as ações beneficiadas com tais recursos constam da **Tabela VII 2**. As ações propostas e não beneficiadas constam da **Tabela VII 3**.

Tabela VII 2 — Ações Aprovadas (1º e 2º sub-empréstimos) no PDITS-CE para Costa Norte

Ações Matriz Subempréstimo I	Municípios Contemplados **
Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo	
Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios	
Elaboração de Planos Municipais de Gestão Administrativa e Fiscal	Camocim e Jericoacoara
Gestão Municipal do Turismo	
Elaboração de Plano Diretor Municipal	Barroquinha
Adequação dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDU) para Planos Diretores Municipais	Camocim e Jericoacoara
Elaboração e execução de Planos de Gestão do Turismo	Camocim e Jijoca de
Gestão dos Resíduos Sólidos	
Elaboração de projeto de aterro sanitário	Jijoca de Jericoacoara.
Proteção e Conservação de Recursos Naturais	
Elaboração e implantação de Plano de Manejo da APA da Lagoa de Jijoca	Jijoca de Jericoacoara
Elaboração de projeto de Conservação Ambiental e Urbanização de Lagoas	Jijoca de Jericoacoara
Recuperação do Serrote do Farol de Jericoacoara	Jijoca de Jericoacoara
Proteção e Conservação dos Recursos Culturais	
Elaboração de estudos e projetos do patrimônio histórico	Camocim
Urbanização de áreas Turísticas	
Elaboração de estudos e projetos de Urbanização da Orla	Camocim
Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-estrutura para o Crescimento Turístico	
Planejamento Estratégico e Preparação de Projetos	
Fortalecimento da UEE e da SETUR	Todos os Municípios
Elaboração de bases cartográficas para todos os municípios do Pólo Costa do Sol	Todos os Municípios
Elaboração de estudos e projetos de Urbanização da Orla	Camocim
Campanhas de Conscientização	
Campanhas de conscientização para todo o Pólo Costa do Sol	Todos os Municípios
Treinamento Profissional e Capacitação da População Local	
Capacitação profissional para todo o Pólo Costa do Sol	Todos os Municípios
Água Potável e Saneamento	
Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário (SES) em Jericoacoara	Jijoca de Jericoacoara
Obras de Infra-estrutura	
Recuperação das Rótulas da CE-085	Jericoacoara e Camocim

³ Na coluna das ações de "obras de infra-estrutura" foi incluída a complementação da rodovia estruturante CE-085 (também chamada de Rota do Sol Poente) nos trechos Barrentos – Aracatiara e Aracatiara – Itarema, porque, embora esses trechos não estejam nos municípios da Costa Norte, a obra atende ao fluxo rodoviário de todos os municípios. Esta rodovia foi implantada com recursos do PRODETUR I até Barrento, no município de Itapipoca. Agora, o PDITS inclui a conclusão da sua implantação, inclusive no trecho entre Jijoca de Jericoacoara e Parazinho (município de Granja).

Promoção e Investimentos para o Setor Privado	
Promoção Turística (execução)	Todos os Municípios
Capacitação Empresarial - fase 1	Todos os Municípios
Ações Matriz Subempréstimo II	Municípios Contemplados **
Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo	
Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios	
Execução dos Planos Municipais de Gestão Administrativa e Fiscal	Camocim e Jericoacoara
Gestão dos Resíduos Sólidos	
Construção do projeto de aterro sanitário	Jijoca de Jericoacoara
Proteção e Conservação de Recursos Naturais	
Conservação Ambiental da Lagoa de Jijoca de Jericoacoara	Jijoca de Jericoacoara
Proteção e Conservação dos Recursos Culturais	
Execução de projetos do patrimônio histórico de Camocim - Estação Ferroviária da Cidade, Casa Raimundo Cela e Casa do Engenheiro Ferroviário Chefe	Camocim
Urbanização de áreas Turísticas	
Urbanização da Orla (Av. Beira Mar)	Camocim
Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-estrutura para o Crescimento Turístico	
Planejamento Estratégico e Preparação de Projetos	
Fortalecimento da SETUR (Conta satélite / Monitoramento Programa / Indicadores Turísticos)	Todos os Municípios
Obras de Infra-estrutura	
Sinalização Turística	Todos os Municípios
Complementação da Rodovia Estruturante CE-085, nos trechos Barrento–Aracatiara, Aracatiara–Itarema, Jijoca de Jericoacoara–Parazinho, Parazinho–Granja e Granja–Viçosa do Ceará	Municípios envolvidos
Promoção e Investimentos para o Setor Privado	
Promoção Turística (execução)	Todos os Municípios

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ com base em dados do MTur, 2006.

Tabela VII 3 — Ações Propostas no PDITS-CE, e não-aprovadas, para a Costa Norte

Prioridade*	Componentes/Projetos	Municípios Contemplados **
Fortalecimento da Capacidade Municipal para a Gestão do Turismo		
Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios		
C	Atualização do Cadastro Técnico Municipal	Todos os municípios
Gestão Municipal do Turismo		
A	Inventário da Oferta Turística dos Municípios	Maioria dos municípios
A	Núcleos Municipais de Informações Turísticas	Todos os municípios
Gestão dos Resíduos Sólidos		
A	Aquisição de equipamentos de Coleta, com Centro de Triagem de Lixo	Camocim, Jericoacoara
Proteção e Conservação de Recursos Naturais		
A	Implantação de Unidades de Conservação já criadas e seus Planos de Manejo - Parque Nacional e APA de Jericoacoara.	Jijoca de Jericoacoara
A	Implantação do Projeto de Sinalização, Programação Visual, Diagramação, Trilhas Ecológicas e Mobiliários em UC	Jijoca de Jericoacoara
MA	Criação e Implantação de Unidades de Conservação e seus Planos de Manejo - Estuário do rio Coreau, Estuário do Rio Guriú, Ilha do Amor e Tatajuba	Camocim
A	Conservação Ambiental da Lagoa das Amarelas e Lago Seco	Camocim

Proteção e Conservação dos Recursos Culturais		
A	Recuperação de Armazéns Porto de Camocim /Museu do Mar	Camocim
M	Restauração da Antiga Sede da Associação Comercial	Camocim
M	Restauração da Casa onde nasceu o Aviador Pinto Martins	Camocim
C	Restauração da Igreja Matriz de Bom Jesus dos Navegantes	Camocim
C	Restauração do <i>Sport Club</i> de Camocim	Camocim
Urbanização de áreas Turísticas		
B	Urbanização da Lagoa das Amarelas e Lago Seco	Camocim
B	Urbanização da Praia do Guriú	Camocim
C	Urbanização de Ipu/Mazagão	Camocim
Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-estrutura para o Crescimento Turístico		
Planejamento Estratégico e Preparação de Projetos		
A	Elaboração de Estudos e Projetos	Todos os municípios
B	Implantação de Sistema de Gerenciamento de Imagens e dados da Documentação Fotográfica das Áreas de Intervenção	Todos os municípios
B	Projeto de Certificação da Qualidade Profissional	Todos os municípios
B	Pesquisa/Estudos sobre o Turismo no Estado do Ceará	Todos os municípios
B	Estudo da Capacidade de Carga do Turismo	Todos os municípios
MA	Fortalecimento Institucional do Órgão Gestor da Cultura	Todos os municípios
C	Atualizar o Diagnóstico e Macrozoneamento do Estado do Ceará	Todos os municípios
C	Plano de <i>Marketing</i> das Ações do Componente Ambiental	Todos os municípios
C	Programa de Gestão Ambiental	Todos os municípios
C	Programa de Gestão pela Qualidade para o DERT	Todos os municípios
Campanhas de Conscientização		
M	Educação Ambiental (cursos, seminários, oficinas, palestras, campanhas, teatro)	Todos os municípios
B	Campanhas Educativas e Informativas relativas ao Desenvolvimento Turístico.	Todos os municípios
Treinamento Profissional e Capacitação da População Local		
A	Plano de Capacitação Municipal	Todos os municípios
C	Plano de Treinamento e Capacitação dos Servidores da SEMACE	Todos os municípios
C	Programa de Capacitação do DERT	Todos os municípios
Água Potável e Saneamento		
C	Reequipamento da CAGECE	Todos os municípios
C	Implantação de Laboratórios Regionais para Controle de Afluentes	Todos os municípios
C	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Jijoca de Jericoacoara (Sede)	Jijoca de Jericoacoara
C	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário – Jijoca de Jericoacoara (Sede)	Jijoca de Jericoacoara
Obras de Infra-estrutura		
A	Construção do Aeroporto de Parazinho (infra-estrutura básica)	Camocim
B	Adequação da Rodovia de Percurso Turístico / Entr. CE 085 - Guriú	Todos os municípios
B	Adequação da Rodovia de Acesso / Barroquinha - Bitupitá	Todos os municípios
C	Terminais Turísticos das localidades turísticas de Camocim (Sede)	Camocim
C	Terminais Turísticos de Jijoca de Jericoacoara (Sede)	Jijoca de Jericoacoara
C	Adequação da Rodovia de Percurso Turístico / Tatajuba – Parazinho	Camocim
C	Rodovia de Percurso Acesso a Lagoa Amarelas (Camocim)	Camocim
C	Rodovia de Percurso Acesso a Praia do Maceió (Camocim)	Camocim
Promoção e Investimentos para o Setor Privado		
A	Plano de <i>Marketing</i> Turístico	Todos os municípios
B	Assistência Técnica para Fomentar o Associativismo	Todos os municípios

OBS: (*) As letras na primeira coluna correspondem às classes de prioridade do grupo "A" (muito alta – MA e alta – A), do grupo "B" (média – M, baixa – B e muito baixa – MB) e do grupo "C" (sem divisão); e

(**) a expressão "todos os municípios" refere-se a todos da Área de Planejamento, inclusive Jijoca de Jericoacoara e Camocim.

Fonte: PDITS-CE, 2004.

1.1.1.1.2. Plano de Ação do PDITS do Pólo Costa do Delta (PI)

De acordo com a avaliação dos efeitos do PRODETUR I no Pólo Costa do Delta, apresentada no PDITS do Piauí, devido a problemas institucionais e atrasos, os recursos para a implantação da primeira fase do Programa foram reduzidos à terça parte do valor original e aplicados majoritariamente em obras de infraestrutura rodoviária (75%), especialmente em vias de acesso de Teresina para os municípios litorâneos. Avaliou-se que as ações implantadas não causaram impactos significativos.

Visando completar e complementar os investimentos realizados na primeira fase, foram planejadas no PDITS **115 ações**, a um custo total de aproximadamente **US\$ 250 milhões**, abrangendo os mesmos municípios. A **Tabela VII 4** apresenta a lista das ações que abrangem os municípios da Costa Norte, ou seja, todos da Área de Planejamento, exceto Teresina.

No segundo e último parecer do GT BNB-MTur, foram feitas diversas recomendações de ajustes no PDITS que abrangem a inclusão de outras ações, a revisão das prioridades, a necessidade de esclarecimentos sobre algumas ações para que sejam aprovadas e a reprovação de cinco ações em Teresina e da "*Dragagem do antigo leito do Rio Igaracu*" (não elegível). As ações que o GT recomendou que fossem inseridas no PDITS-PI estão relacionadas a:

- Populações Tradicionais;
- Questão dos resíduos sólidos – ações complementares;
- Capacitação – educação básica e certificação;
- Ações complementares ao roteiro de passeio ao Delta;
- Ações sobre apoio/parceria ao Projeto Peixe-Boi;
- Ações relacionadas à questão dos animais soltos nas rodovias, praias e zonas urbanas;
- Ações explicitamente relacionadas ao Projeto de Integração Turística Ceará, Piauí e Maranhão;
- Ações não financiáveis, mas de importância para o desenvolvimento do turismo sustentável no Pólo;
- Plano de Monitoramento e Controle dos Resultados e Impactos do Turismo no Pólo; e
- Ações de contrapartida federal, notadamente a elaboração do PDITS Costa do Delta.

E as ações a serem priorizadas, conforme parecer do GT são:

- Planos Municipais de Gestão;
- Elaboração dos Planos Diretores Municipais;
- Fortalecimento institucional dos órgãos municipais de turismo e de meio ambiente;

- Execução do Projeto de Fortalecimento Institucional do Órgão Gestor de Turismo (PIEMTUR) e do Sistema Integrado de Informações e Estatísticas de Turismo do Estado;
- Plano de Monitoramento e Controle dos Resultados e Impactos do Turismo no Pólo;
- Sistema integrado de informações e estatísticas de turismo do Estado;
- Estudo de Capacidade de Carga de Recursos Turísticos Naturais do Pólo; e
- Elaboração do Plano de Manejo para a APA do Delta do Parnaíba.

As ações previstas para os municípios piauienses da Costa Norte que receberam os recursos constam da **Tabela VII 4**. As ações propostas que não serão financiadas constam da **Tabela VII 5**.

Tabela VII 4 — Ações Aprovadas no PDITS-PI que abrangem os municípios da Costa Norte

Ações Matriz Subempréstimo	Municípios Contemplados
Componente 01 - Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo	
Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios	
Elaboração e Execução do Plano de Gestão Administrativa e Fiscal de Ilha Grande	I. Grande, L. Correia, C. da Praia
Gestão Municipal do Turismo	
Execução do Plano de Gestão dos Municípios do Pólo Costa do Delta (Gestão do turismo, do patrimônio natural e cultural e Gestão Administrativa e Fiscal)	L. Correia, I. Grande, C. da Praia e Parnaíba
Elaboração de Plano Diretor Municipal Participativo	I. Grande, L. Correia, C. da Praia
Gestão de Resíduos Sólidos	
Elaboração e Execução do Plano Diretor de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Costa do Delta)	L. Correia, I. Grande, C. da Praia e Parnaíba
Proteção e Conservação de Recursos Naturais	
Elaboração do Plano de Manejo para a APA do Delta do Parnaíba	Todos
Execução do Projeto de Controle Ambiental das Dunas da Lagoa do Portinho	Parnaíba
Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural	
Elaboração e execução do Projeto de Restauração do Porto das Barcas	Parnaíba
Urbanização de Áreas Turísticas	
Execução do Projeto Orla da Praia de Atalaia	Luiz Correia
Elaboração e Execução do Projeto para construção do Apoio Turístico e Urbanização do Porto dos Tatus	Ilha Grande
Elaboração do Projeto de Sinalização turística para rodovias e zonas urbanas	Todos
Componente 02- Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-Estrutura	
Planejamento Estratégico e Preparação de Projetos	
Elaboração de Estudos e Projetos na Área de Infra-estrutura de Transportes	Todos
Elaboração da Base Cartográfica Municipal	L. Correia, I. Grande e C. da Praia
Execução do Projeto de Fortalecimento da UEE	Todos
Execução do Projeto de Fortalecimento Institucional do Órgão Gestor de Turismo (PIEMTUR) e Sistema Integrado de Informações e Estatísticas de Turismo do Estado	Todos

Treinamento Profissional e Capacitação da População Local	
Programa de Capacitação Profissional para Serviços de Alimentação, Estabelecimentos Hoteleiros, Ecoturismo e Agências de Viagens	Todos
Água Potável e Saneamento	
Construção da adutora do litoral	Todos
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Parnaíba	Parnaíba
Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto (1ª Etapa)	Parnaíba
Obras de Infra-Estrutura	
Execução do Projeto de sinalização turística para rodovias e zonas urbanas	L. Correia, I. Grande, C. da Praia e Parnaíba
Restauração de 03 km da rodovia PI-210 Ilha Grande/Porto dos Tatus	Ilha Grande
Restauração de 10 km da rodovia PI-210 Ilha Grande – Parnaíba	Parnaíba, Ilha Grande
Restauração de 8 Km da rodovia PI-116/315 - Coqueiro - Entroncamento PI-315	Luis Correia
Restauração de 9 km da rodovia PI-116/315 - Macapá – Entroncamento PI-315	Luis Correia
Melhoria do Acesso ao aeroporto de Parnaíba	Parnaíba
COMPONENTE 03- PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS DO SETOR PRIVADO	
Elaboração do Programa de Marketing Turístico do Pólo Costa do Delta	Todos
Elaboração do Programa de Capacitação de Pequenos Empreendedores Turísticos do Pólo Costa do Delta	Todos

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ com base em dados do MTur, 2006.

Tabela VII 5 — Ações Propostas no PDITS/PI, e não financiadas, para a Costa Norte

Prioridade*	Componentes/Projetos	Municípios Contemplados
Componente 01 - Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo		
Gestão Municipal do Turismo		
C	Criação do Código Ambiental para os municípios do Pólo	Todos
C	Criação do Colegiado de Gestão da APA do Delta do Parnaíba	Todos
C	Implantação/fortalecimento dos conselhos municipais de turismo	Todos
C	Fortalecimento institucional para aplicação do Código de Postura dos municípios do Pólo	Todos
C	Fortalecimento das associações setoriais de turismo	Todos
C	Fortalecimento institucional dos órgãos municipais de meio ambiente com atribuição extensiva à gestão do patrimônio cultural	Todos
C	Fortalecimento institucional dos órgãos municipais de planejamento	Todos
C	Fortalecimento institucional dos órgãos municipais de turismo	Todos
C	Sistema integrado de informações e estatísticas de turismo do Estado	Todos
B	Programa de Atenção e Informações ao Turista	Todos
Proteção e Conservação de Recursos Naturais		
C	Recuperação Sanitária e Ambiental de Lagoas na Costa do Delta	Parnaíba
A	Estudo de Capacidade de Carga de Recursos Turísticos Naturais do Pólo	Todos
Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural		
B	Restauração de Prédios Históricos de Parnaíba	Parnaíba
B	Iluminação Especial de Prédios Históricos e Pontes	Parnaíba

Urbanização de Áreas Turísticas		
C	Implantação de pórtico de entrada em Parnaíba, Teresina e Luís Correia	Parnaíba, Luís Correia e Teresina
C	Arborização urbana	Todos
C	Dragagem do antigo leito do Rio Igaracú	Parnaíba
B	Elaboração e Execução do Projeto de Desenvolvimento Urbano da Praia da Pedra do Sal	Parnaíba
B	Elaboração e Execução do Projeto de Desenvolvimento Urbano de Barrinha	Cajueiro da Praia
B	Elaboração e Execução do Projeto de Desenvolvimento Urbano de Barra Grande	Cajueiro da Praia
B	Construção de sistema de drenagem de águas pluviais nos municípios litorâneos	Todos
B	Elaboração e Execução do Projeto Orla do Rio Igaracú	Parnaíba
B	Complementação do Projeto da Praça de Eventos	Luiz Correia
B	Execução do Projeto da Lagoa do Sobradinho	Luiz Correia
Componente 02- Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-Estrutura		
Planejamento Estratégico e Preparação de Projetos		
C	Criação e implementação da política estadual de turismo	Todos
A	Elaboração do Projeto da Adutora do Litoral	Todos
A	Elaboração de Estudos e Projetos na área de saneamento	Todos
A	Elaboração de Estudos e Projetos na área de meio ambiente	Todos
A	Elaboração de Estudos e Projetos na área de infra-estrutura turística (urbanização de orlas, portos)	Todos
Campanhas de Conscientização		
B	Programa de Conscientização Turística do Pólo Costa do Delta	Todos
Água Potável e Saneamento		
B	Programa de micro e macro medição nos sistemas de água	Todos
B	Ampliação do sistema de abastecimento de água da Praia de Pedra do Sal	Parnaíba
B	Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto de Cajueiro da Praia	Cajueiro da Praia
B	Ampliação do sistema de abastecimento de água de Cajueiro da Praia	Cajueiro da Praia
C	Ampliação do sistema de abastecimento de água da Praia do Peito de Moça	Luis Correia
C	Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgotos da Praia do Peito de Moça	Luis Correia
B	Ampliação do sistema de abastecimento de água da Praia do Coqueiro	Luis Correia
B	Ampliação do sistema de abastecimento de água nas praias de Macapá à Carapebas e na Lagoa do Sobradinho	Luis Correia
B	Ampliação do sistema de abastecimento de água de Luís Correia	Luis Correia
B	Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgotos da Praia do Coqueiro	Luis Correia
B	Implantação do sistema de coleta e tratamento de esgotos nas praias de Macapá a Carapebas e na Lagoa do Sobradinho	Luis Correia

Obras de Infra-Estrutura		
C	Criação de equipes de conservação de rodovias	Todos
C	Construção do centro de eventos de Parnaíba	Parnaíba
C	Construção de 175 km de acostamento na rodovia PI-113 BR-343 (Teresina) – Barras	Todos
C	Construção de via de acesso ligando zona urbana de Parnaíba à Praia da Pedra do Sal	Parnaíba
C	Implantação da Via Ecológica ligando a BR-343 à PI-102	Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba
C	Pavimentação de 18 Km da rodovia PI-213 Cocal – Divisa com o Estado do Ceará	Todos
C	Restauração de 11 km da rodovia BR-343 Parnaíba – Luís Correia	Luís Correia, Parnaíba
B	Restauração de 38 km da rodovia PI-110 Barras – Batalha	Todos
B	Restauração de 108 km da rodovia PI-113 Barras – J. Freitas – Teresina (Ent. BR-343)	Todos
B	Restauração de 23 km da rodovia PI-117 Esperantina-Batalha	Todos
COMPONENTE 03- PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS DO SETOR PRIVADO		
B	Elaboração do Programa de Captação de Investimentos Privados do Pólo Costa do Delta	Todos
B	Elaboração do Programa de Promoção de Eventos do Pólo Costa do Delta	Todos

OBS: * As letras na primeira coluna correspondem às classes de prioridade do grupo "A" (muito alta – MA e alta – A), do grupo "B" (média – M, baixa – B e muito baixa – MB) e do grupo "C" (sem divisão).

Fonte: PDITS-PI, 2004 (segunda e mais recente versão).

1.1.1.1.3. Plano de Ação do PDITS do Pólo São Luís e Entorno (MA)

Na primeira fase do PRODETUR NE, no Maranhão, não houve investimentos nos municípios da Costa Norte. Porém, conforme a avaliação feita no PDITS, as ações dessa primeira fase geraram inúmeros benefícios para o turismo maranhense (aumento do fluxo de visitantes e da receita turística, dinamizando a atividade na região), mas trouxeram, também, impactos negativos, que, em sua maioria, dizem respeito ao crescimento desordenado da atividade na região dos Lençóis Maranhenses e ao início de um processo semelhante no Delta. Sob essa perspectiva, foi identificada a necessidade de incluir na área de planejamento a região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e do entorno.

A estratégia do PDITS para o desenvolvimento do turismo na área maranhense da Costa Norte foi de "Ecoturismo e Aventura". os Lençóis Maranhenses, foi dado destaque ao eixo Santo Amaro-Barreirinhas, "onde deve prevalecer o enfoque nas atividades ecoturísticas e na contemplação da paisagem, agregando-se elementos culturais à temática principal". Para a região do Delta, o PDITS considerou que "o grande conjunto de ilhas e as boas condições climáticas da região permitem um viés náutico e hidroviário, através de um circuito interligado por uma boa infra-estrutura em cada terminal." O Plano de Ação definido no PDITS compreende um conjunto de **141 ações**, com orçamento global de **R\$ 400 milhões**, sendo 94% em projetos de melhoria de infra-estrutura.

Os recursos para o PDITS do Pólo São Luis e Entorno não foram aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pois o Governo do Estado não se enquadrou nos critérios de capacidade de endividamento exigidos pelo Banco. Dessa forma, o Estado do Maranhão recebeu recursos somente da contrapartida do Governo Federal, valor este bem menor que o montante inicialmente previsto pelo programa. As **Tabela VII 6**

e Tabela VII 7 mostram as ações constantes da contrapartida do Governo Federal e as demais propostas no PDITS/MA para a região de estudo, respectivamente.

Tabela VII 6 — Ações PDITS/MA aprovadas para Adiantamento de Contrapartida na Costa Norte

Ações Aprovadas para Adiantamento de Contrapartida	Municípios Contemplados
Componente 01 - Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo	
Gestão Municipal do Turismo	
Plano Diretor Participativo - Santo Amaro	Santo Amaro
Projeto Capacitação e Equipamentos UEE	Todos
Projeto Capacitação e Equipamentos ADETUR	Todos
Projeto Capacitação e Equipamentos DPHAP	Todos
Projeto Capacitação e Equipamentos GEMA	Todos
Gestão de Resíduos Sólidos	
PDLU - Santo Amaro	Santo Amaro
Projeto do Aterro Sanitário de Santo Amaro	Santo Amaro
Proteção e Conservação de Recursos Naturais	
Elaboração de Trilhas/Roteiros Ecoturísticos - Lençóis Maranhenses	Barreirinhas e Santo Amaro
Elaboração Guias Roteiros Turísticos - Lençóis Maranhenses	Barreirinhas e Santo Amaro
Material Visual Sinalização Parque Nacional dos Lençóis	Barreirinhas e Santo Amaro
Vídeo Institucional Visitação do Parque Nacional Lençóis	Barreirinhas e Santo Amaro
Sinalização Turística Local	Todos
Sinalização Turística Rodoviária	Todos
Divulgação Plano Manejo do Parque Nacional dos Lençóis	Barreirinhas e Santo Amaro
Plano Uso e Ocupação Entorno Parque Nacional dos Lençóis	Barreirinhas e Santo Amaro
Componente 02- Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-Estrutura	
Campanhas de Conscientização	
Confecção Cartilha Parque Nacional Lençóis Maranhenses	-
Obras de Infra-Estrutura	
Projeto Centro de Informação ao Turista - Barreirinhas	Barreirinhas
Componente 03- Promoção de Investimentos do Setor Privado	
Projeto sobre Cooperativas de Turismo	Todos

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ com base em dados do MTur, 2006.

Tabela VII 7 — Ações PDITS/MA, e não incluídas para Adiantamento de Contrapartida na Costa Norte

Aprimoramento da Oferta Turística
Promoção e Marketing
Centro de Informação ao Turista - Araióses
Centro de Informação ao Turista - Barreirinhas
Centro de Informação ao Turista - Santo Amaro
Guias de roteiros turísticos - Delta das Américas
Portal do Turismo na Internet
Produção de material visual e instalação de sinalização no PNLM e entorno
Produção de vídeo institucional e de visitação do PNLM
Sinalização turística dos atrativos
Fortalecimento da Gestão para o Turismo
Capacitação Municipal
Estudos e apoio para integrar o PMAT
Melhoria da gestão turística municipal
Plano Diretor - Água Doce, Araióses, Barreirinhas, Paulino Neves e Tutóia
Fortalecimento institucional estadual
Apoio ao <i>Convention Bureau</i> e capacitação
Capacitação e equipamentos - Conselho de Turismo
Elaboração do PDITS Pólo São Luís e Entorno
Melhoria da Infra-estrutura
Acessos
Atracadouro de Mandacaru – Barreirinhas
Passarela sobre o Rio Alegre – Santo Amaro
Pontes de acesso aos atrativos do PNLM (cinco) – Barreirinhas
Rodovia BR-402 – Paulino Neves (28 km)
Rodovia BR-402 – Santo Amaro (32 km)
Rodovia Entroncamento MA-225 / BR-402 – Divisa MA-PI (132 km)
Rodovia Santo Amaro – Primeira Cruz (22 km)
Terminal hidroviário – Água Doce, Araióses, Barreirinhas, Tutóia e Carnaubeiras (Araióses)
Patrimônio Histórico e Ambiental
Estudos e monitoramento da capacidade de carga dos principais atrativos
Plano de manejo da APA dos Pequenos Lençóis Maranhenses e da APA do Delta
Saneamento Básico
Aterro sanitário – Água Doce, Araióses, Barreirinhas, Paulino Neves e Tutóia
Plano Diretor de Lixo Urbano (PDLU) – Água Doce, Araióses, Barreirinhas, Paulino Neves e Tutóia
Sistema de Abastecimento de Água (SAA Ampliação) – Araióses, Barreirinhas, Paulino Neves, Água Doce e Tutóia
Sistema de Esgoto Sanitário (SES Implantação) – Água Doce, Araióses, Barreirinhas, Paulino Neves e Tutóia
Urbanização
Avenida Barreirinhas – São Domingos (2 km)
Pavimentação e drenagem de vias (1a fase) – Barreirinhas
Pavimentação e drenagem de vias (2a fase) – Barreirinhas
Viva / Beira-Rio – Barreirinhas

Fonte: PDITS-MA, 2004.

1.1.2. Plano de Roteirização (CEPIMA).

A região composta pelos destinos turísticos: extremo oeste do litoral do Ceará, Delta do Parnaíba e dos Lençóis Maranhenses compõe um ambiente único, com características peculiares e de grande interesse para visitação. Diante disso, o Ministério de Turismo e o SEBRAE escolheram a região para ser um dos territórios para o desenvolvimento do processo piloto da proposta de roteirização turística.

Trabalhar um roteiro integrado envolvendo esta região não é uma idéia nova. Tanto as agências receptoras como as operadoras nacionais e internacionais vêm oferecendo pacotes turísticos que interligam estes destinos, mas de forma isolada.

A proposta de roteirização turística, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério de Turismo, tem como objetivo a consolidação do roteiro integrado Lençóis – Delta – Jeri. Agregada a este processo, está à formação de uma rede de cooperação técnica, em parceria com o SEBRAE, que permitirá que representantes de órgãos públicos e instituições privadas vivenciem todo o processo de roteirização, permitindo uma troca de experiências entre eles.

O elemento chave para o processo de roteirização é torná-lo competitivo nacional e internacionalmente, por meio da combinação de suas vantagens competitivas no âmbito comercial, aliada ao fortalecimento de aspectos, tais como, a formação de parcerias, a integração efetiva dos atores locais e a qualificação da oferta.

O documento proposto apresenta um diagnóstico, com as análises de tendências, dos produtos ofertados, do mercado e da concorrência, bem como um Plano Estratégico para o Processo de Roteirização, tendo como base as análises anteriores, e evoluindo para os princípios norteadores e objetivos estratégicos e finalizando com o plano operacional. As estratégias apontadas no documento são:

- criar condições favoráveis para a construção de alianças estratégicas de caráter regional;
- criar uma mensagem global do Roteiro Integrado, envolvendo as especificidades dos segmentos âncoras;
- incentivar o desenvolvimento de novos produtos, dentro dos princípios da sustentabilidade e relacionando-os com os produtos âncoras;
- incentivar ações de melhorias das estruturas e dos serviços relacionadas com as expectativas do mercado alvo e dos padrões do turismo sustentado;
- incrementar o relacionamento entre as agências operadoras locais, nacionais e internacionais com os empreendedores da região;
- ampliar os canais de distribuição e comunicação das informações sobre a oferta do roteiro integrado; e
- estabelecer mecanismos de acompanhamento e monitoramento do mercado e dos resultados relacionados ao plano de ação.

1.1.3. Programa de Capacitação e Produção Associada ao Turismo.

1.1.3.1. Projeto de Desenvolvimento do Setor Turístico na Região dos Lençóis Maranhenses

Este projeto é de responsabilidade do Ministério do Turismo⁴, Departamento de Capacitação e Produção Associada ao Turismo (DCPAT), numa parceria com o Escritório Técnico da Agência Espanhola de Cooperação Internacional, e tem como ponto focal os municípios da região dos Lençóis Maranhenses: Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Santo Amaro, envolvendo as seguintes atividades:

Ações programadas:

- construção de rede de água, esgoto e aterro sanitário;
- implantação da coleta seletiva e sistema de reciclagem de lixo;
- elaboração de um plano de preservação ambiental;
- elaboração e implantação de um programa de reflorestamento do buriti;
- elaboração e implantação de um programa para prevenção e controle de incêndio; e
- campanha específica de higiene, segurança e meio ambiente.

Planejamento da oferta-demanda para o desenvolvimento do turismo:

- plano diretor do turismo para região;
- elaboração e melhoria da sinalização turística;
- construção de um centro multiuso e equipamentos;
- promoção de atividades culturais e artísticas;
- elaboração e confecção de materiais pedagógicos;
- elaboração de calendário de eventos;
- seminários e oficinas de sensibilização para os atores sociais ligados ao turismo;
- elaboração e execução de projeto de fortalecimento de fornecedores;
- desenvolvimento da gastronomia local;

⁴ Custo total envolvido: R\$ 1.457.510,10: Cooperação Espanhola: 138.956,10; Ministério Turismo: 908.655,00; e estado e municípios: 409.890,00.



- implantação em parceria com o SEBRAE de um projeto de assistência técnica para o acesso de micro e pequenas empresas as linhas de financiamento;
- criação de um programa de incubadoras técnicas populares;
- investimento na melhoria dos acessos aos municípios;
- implantação de equipe de salvamento no corpo de bombeiros;
- investimentos na melhoria da infra-estrutura da saúde pública;
- elaboração e execução de um plano de *marketing*;
- criação e manutenção de portal associativo Lençóis Maranhenses;
- desenvolvimento e implantação de sistema integrado de reservas;
- participação de feiras e eventos de promoção;
- equipe de coordenação e execução do projeto; e
- fomento à criação de consórcio entre os municípios.

Avaliação para o turismo:

- preservar a riqueza natural da área;
- diversificar a oferta turística;
- melhorar os serviços turísticos básicos; e
- promover adequadamente os atrativos turísticos da região.

1.1.3.2. Projeto de Desenvolvimento do Setor Turístico no Litoral Extremo Oeste do Ceará.

Este projeto, também, é de responsabilidade do Ministério do Turismo⁵, Departamento de Capacitação e Produção Associada ao Turismo (DCPAT), numa parceria com o Escritório Técnico da Agência Espanhola de Cooperação Internacional, e tem como ponto focal os municípios da região de Jericoacoara: Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Barroquinha, Chaval, Cruz e Granja, envolvendo as seguintes atividades:

- estabelecer sistema de coleta seletiva do lixo;
- colocar em funcionamento duas estações regionais de reciclagem;
- construção de dois aterros sanitários;

⁵ Custo total envolvido: R\$ 821.269,20: Cooperação Espanhola 133.054,20; Ministério do Turismo 430.755,00; estado e municípios 257.460,00.



- elaborar planos de aproveitamento;
- desenvolver campanha de higiene, educação ambiental e segurança;
- controlar a contaminação por águas residuais;
- construir um centro de formação;
- planejar e executar um programa de formação;
- promover cursos de idiomas.
- desenvolver metodologia para a classificação das pousadas;
- fortalecer a associação dos serviços turísticos;
- divulgar linhas de crédito para o turismo;
- criar quiosque de atendimento aos turistas;
- organizar os serviços de transporte para os pontos de interesse;
- divulgar os atrativos turísticos nos meios de comunicação;
- criar página na internet Costa Norte;
- elaborar inventário de atrativos da região;
- dinamização cultural;
- desenvolvimento e dinamização da gastronomia local.

Avaliação para o turismo:

- gerir adequadamente o lixo;
- preservar os ativos ambientais;
- melhorar a qualificação da mão de obra dos serviços turísticos;
- fortalecer as empresas privadas de serviços turísticos;
- melhorar os serviços públicos de atendimento ao turista e facilitar a visitaçao dos turistas aos pontos de interesse;
- divulgar a oferta turística;
- promover as manifestações culturais e melhorar a oferta de produtos turísticos.

1.1.3.3. Projeto de Apoio à Formação de Cooperativas

Este projeto, também, de responsabilidade do Ministério do Turismo⁶, por meio do Departamento de Capacitação e Produção Associada ao Turismo (DCPAT), com base em Convênio com a Fundação COPPE-TEC, e executado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ, abrangendo os municípios da região dos Lençóis Maranhenses: Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Santo Amaro, envolvendo as seguintes atividades:

- seminários e oficinas de sensibilização para representantes do setor turístico; e
- replicação de tecnologia social de incubação de cooperativas populares e organização comunitária em áreas prioritizadas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano(IDH) e potencial turístico.

1.1.4. Plano Cores do Brasil

O Plano Cores do Brasil consiste numa estratégia de *marketing* turístico voltada para o mercado nacional, com base na análise de produtos turísticos brasileiros devidamente estruturados, que pudessem ser ofertados ao mercado até junho de 2005. O plano é composto de três fases:

- Diagnóstico: análise da situação do turismo interno e da oferta turística do Brasil, da promoção dos roteiros, da opinião dos turistas, do valor real dos produtos existentes e da segmentação turística do Produto Brasil;
- Estratégia de Marketing Turístico Nacional: definição do que se quer ter e o que se irá promover; e
- Plano Operacional: consiste na melhoria do produto atual, na definição das linhas estratégicas da promoção e dos projetos que têm que ser implantados, na distribuição de orçamento por programas e projetos e de orçamento promocional por macro-região, além do *briefing* de projetos.

O plano define uma série de objetivos para 2010, que se concretizam em um conjunto de metas qualitativas e suas principais linhas de trabalho:

- aumentar o número de turistas internos regionais e nacionais;
- incorporar ao turismo as classes c e d;
- estimular o turismo da terceira idade e jovens;
- melhorar a sazonalidade;
- aumentar a ocupação da oferta atual;
- fomentar o turismo organizado pelo *trade*;
- melhorar o nível de informação e conhecimento do Brasil Turístico;
- potencializar os trabalhos das entidades locais e estaduais de promoção.

⁶ Valor total do projeto: R\$ 600.000,00 (aditivo de valor em negociação).



1.1.5. Plano Aquarela

Definido como o plano de *Marketing* Turístico Internacional do Brasil, o Plano Aquarela tem como objetivo proporcionar o crescimento do fluxo de turistas internacionais para o país de forma sólida e sustentável. Assim como o Plano Cores do Brasil, está dividido em três fases:

- Diagnóstico: análise da situação do turismo no Brasil para dar suporte à elaboração do planejamento de *marketing*;
- Formulação da Estratégia de Marketing: definição de uma visão de futuro para o turismo do país e, em decorrência, das linhas estratégicas de desenvolvimento do *marketing*, dos objetivos concretos e dos programas para alcançá-los; e
- Plano Operacional: ações necessárias para pôr em prática as linhas estratégicas geradas durante a etapa anterior.

O Plano Aquarela define alguns objetivos para 2010, com base nas metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo e nos orçamentos promocionais necessários para atingi-las:

- conseguir um crescimento importante nos mercados prioritários, que permita melhorar as posições atuais e chegar à posição de líder do turismo na América do Sul, em coerência com a liderança atual que ocupa em outros setores;
- gerar, a partir deste crescimento, um importante aumento da oferta, estimulando os investimentos internos e externos no turismo;
- melhorar o padrão da oferta atual até igualar aos patamares que existem nas cidades mais importantes do Brasil e outros referentes ao nível internacional; e
- contribuir para gerar uma imagem nova e também moderna do país no mundo.

1.1.6. Programa Turismo Sustentável e Infância

O turismo se apresenta como forte consumidor dos recursos naturais e urbanos. O aproveitamento sustentável desses recursos, evitando a degradação do meio ambiente e da sociedade receptora, deve ser uma preocupação não só dos governantes, mas de toda a população envolvida e da iniciativa privada. Portanto, o Programa Turismo Sustentável e Infância pretende chamar a atenção do setor empresarial turístico para seu papel de co-responsável na prevenção a essa prática. E que este seja o ponto de partida para a adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável em seu ambiente de atuação e para o desenvolvimento de programas de capacitação em responsabilidade social corporativa.

Apesar das vantagens advindas do turismo, o Brasil vive cenário crítico nas localidades onde foi estabelecido o chamado "*turismo sexual*". A imagem da mulher brasileira associada à sensualidade, muito freqüente nos anúncios de divulgação dos destinos brasileiros, colabora para o crescente número de visitantes que chegam ao país em busca de sexo, especialmente no litoral do Nordeste. Essa prática tem denegrido a imagem do



país, em detrimento de atrativos como as comidas típicas, as belas praias, o Carnaval e os monumentos históricos, ícones da cultura nacional.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é constatada, também, ao longo das rodovias federais BR 101 e 116, que ligam o país de Norte a Sul e aos principais destinos turísticos no Nordeste. Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2006), Fortaleza (1º) e São Luis (5º) estão entre as cidades com o maior número de denúncias desse tipo de exploração.

O objetivo é atingir quarenta mil profissionais, em 25 localidades, distribuídas entre 26 estados brasileiros e Distrito Federal. As cidades foram escolhidas entre as que registram de modo mais expressivo casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Pretende-se, assim, diminuir a incidência desses casos a partir da ação das pessoas que integram o *trade*, principalmente conscientizando-as para o perigo que essa prática pode trazer para futuro dos destinos turísticos.

1.2. Ministério do Meio Ambiente

1.2.1. Programa Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)

A realização do ZEE da região do Delta do Parnaíba ocorreu a partir do projeto piloto do ZEE do Baixo Parnaíba, que teve como objetivo fornecer subsídios para a proteção e o desenvolvimento daquela região, assim como testar a parceria entre diversas instituições que constituem um consórcio público no âmbito do Programa ZEE Brasil. Todos os municípios da Costa Norte, com exceção a Jijoca de Jericoacoara e Camocim (CE) e Barreirinhas (MA), foram incluídos neste estudo.

A instância de orientação do Programa é a Comissão Coordenadora (CCZEE), criada pelo Decreto n. 99540, de 28 de setembro de 1990. O núcleo básico para a execução é o Consórcio ZEE Brasil, formado por entidades federais relacionadas a diferentes componentes setoriais do ZEE, e tem por objetivo coordenar, planejar e elaborar o ZEE, em âmbito nacional. Entre as instituições que compõem o consórcio, citam-se a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente, a EMBRAPA, INPE, IBGE, IPEA, ANA, IBAMA, CODEVASF, dentre outras.

O ZEE levanta a necessidade de maior ordenamento do turismo na região, fator esse consoante com os objetivos de um turismo indutor de desenvolvimento que, ao mesmo tempo minimize os impactos negativos no meio ambiente. Seguindo esse raciocínio, o ordenamento turístico deverá buscar formas menos impactantes, que promovam maior harmonia entre as atividades desenvolvidas em biomas e áreas frágeis. A construção de grandes empreendimentos, como os *resorts* e grandes hotéis, fica proibida nas regiões classificadas como frágeis, excluindo-se nelas o turismo de massa. O turismo estipulado pelo ZEE do Baixo Parnaíba é o Ecoturismo, prática esta pouco utilizada nessa região.

O Maranhão realizou um ZEE de todo o território do estado, que contou com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, coordenado pela Gerência de Desenvolvimento e Planejamento; sua execução ficou a cargo da Embrapa Monitoramento por Satélite (Campinas/SP). Organizado como um sistema compartilhado de planejamento e gestão estratégica de informações ecológicas e socioeconômicas, o ZEE do Maranhão tem como objetivo subsidiar programas, projetos e ações de desenvolvimento sustentável, de forma participativa e transparente. Além disso, o programa é relevante contribuição para a região, pois inclui uma ferramenta estratégica de planejamento de uso dos recursos.

1.2.2. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO)

Como parte do cumprimento das obrigações do Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, firmada durante a Conferência RIO-92, o PROBIO promoveu um conjunto de seminários de consultas regionais, com o objetivo de subsidiar a Política e o Programa Nacional de Biodiversidade.

Os Seminários de Consulta resultaram na identificação de novecentas áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade e numa série de recomendações para o alcance desses objetivos. Fo-

ram utilizados quatro critérios para classificar a importância das áreas prioritárias identificadas: (a) extrema importância biológica; (b) muito alta importância biológica; (c) alta importância biológica; e (e) insuficientemente conhecidas, mas de provável interesse biológico. Os critérios de importância estão relacionados à presença e à riqueza de espécies endêmicas, restritas, ameaçadas, entre outros.

A criação de diversas Unidades de Conservação (UC) a partir de então foi a principal recomendação resultante dessa iniciativa. Na Costa Norte, foi criada a Reserva Extrativista Delta do Parnaíba; outras estão em estudo, conforme o capítulo Linha de Base Ambiental.

Na Zona Costeira indicou-se a região da Costa Norte como prioritária para criação de UC, manejo, inventário e pesquisa, em função de diversos atributos, especialmente pela importância dos estuários, manguezais e lagoas, nos quais ocorrem espécies ameaçadas de extinção, como o peixe-boi marinho, e pelas pressões antrópicas que estão colocando em risco a qualidade desses ambientes naturais. Outro aspecto importante é a ocorrência de dunas, cujos processos de formação, migração e fixação precisam ser mais bem estudados, no sentido de subsidiar planos diretores municipais, principalmente no que se refere a seu uso turístico.

Por meio da Portaria 126, de 27 de maio de 2004, o Ministério do Meio Ambiente estabeleceu que as áreas prioritárias fossem as apresentadas no mapa "Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira", publicado em novembro de 2003 e reeditado em maio de 2004. A **Figura VII 1** apresenta as áreas prioritárias definidas na Costa Norte. As que incidem somente nos municípios da CN estão listadas na **Tabela VII 8**. Observe-se que toda a faixa costeira, desde os Lençóis Maranhenses até o Delta do Parnaíba, foi considerada de prioridade "extremamente alta" e a região de Camocim e Jijoca de Jericoacoara, de prioridade "muito alta".

Tabela VII 8 — Áreas Prioritárias para Conservação na Costa Norte e Entorno

Código da área	Nome da área	Prioridade	Recomendação	Municípios total ou parcialmente abrangidos
MC-744	Grandes Lençóis	Extremamente Alta	Manejo, Inventário	Barreirinhas, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão - MA
MC-745	Pequenos Lençóis Maranhenses	Extremamente Alta	Manejo, Inventário, Criação de UC	Água Doce do Maranhão, Araióses, Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia - MA
MC-746	APA do Rio Parnaíba incluindo a região do Delta ao litoral de Barroquinha	Extremamente Alta	Manejo	Araióses-MA; Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luis Correia e Parnaíba - PI; Barroquinha e Chaval - CE
MC-747	Rio Coreaú	Muito Alta	Inventário	Camocim, Granja - CE
MC-748	Jijoca-Jericoacoara	Muito Alta	Inventário Recuperação, Manejo	Camocim, Cruz, Jijoca de Jericoacoara - CE
MC-749	Rio Acaraú	Muito Alta	Inventário	Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Marco, Morrinhos-CE
MA-555	Camocim/Jericoacoara	Alta	Criação de UC	Barroquinha, Camocim, Chaval - CE
CA-386	Bacia do Rio Preguiça	Alta	Uso Sustentável	Barreirinhas, Paulino Neves, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, Tutóia, Urbano Santos - MA
CA-444	Baixo Parnaíba	Insuficientemente conhecida	Investigação científica	Araióses, Magalhães de Almeida-MA, Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Murici dos Portelas, Parnaíba - PI

Fonte: MMA, 2004 (arquivo tabmapa.pdf, disponível em www.mma.gov.br).

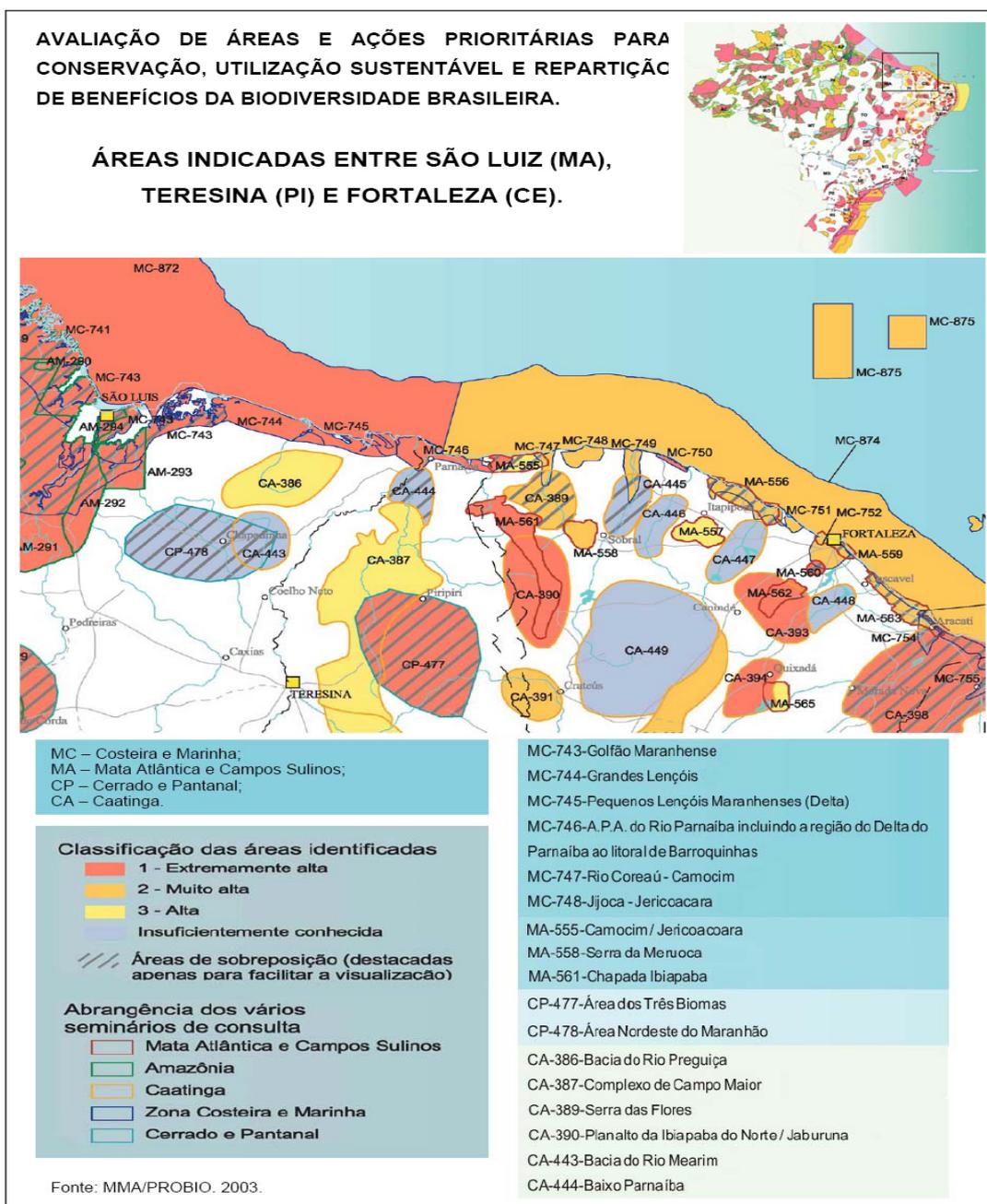


Figura VII 1 – Áreas Prioritárias que incidem na região da Costa Norte

Fonte: MMA (2003) (disponível em www.mma.gov.br).

1.2.3. Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO).

O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro tem como objetivo operacionalizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), que busca gerenciar e planejar, de forma descentralizada e participativa, as atividades socioeconômicas na costa brasileira, buscando também a integração dos atores, de forma a garantir o seu uso sustentável. Como ações podem ser citadas medidas de controle, proteção e recuperação dos ecossistemas costeiros.



O GERCO está sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, na Secretaria de Qualidade nos Assentamentos Humanos (SOA), no âmbito do Programa de Gerenciamento Ambiental e Territorial. Os executores estaduais, SEMACE (CE), GEMA (MA) e SEMAR (PI), planejarão e executarão suas atividades buscando uma integração com os municípios e a sociedade civil. O Programa de Gerenciamento Costeiro do Ceará é o mais adiantado, e engloba os municípios de Barroquinha, Camocim, Jijoca de Jericoacoara e Cruz. Entre as atividades desenvolvidas na Costa Norte, está o Macrozoneamento do litoral do Ceará. Das ações programadas se podem citar a elaboração do Diagnóstico Socioambiental e do Zoneamento da Faixa Costeira Marinha e Terrestre, o que compreende, principalmente, os aspectos ligados à carcinicultura, ao turismo, ao desenvolvimento urbano e às unidades de conservação. No caso do Piauí, o GERCO deverá incluir os municípios de Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia, Parnaíba, Buriti dos Lopes e Bom Princípio, pertencentes à Planície Litorâneas. O projeto, iniciado em 2004, prevê investimento de R\$ 604,1 mil e está sendo coordenado pela SEMAR. No Maranhão, as atividades desenvolvidas não contemplaram os municípios da Costa Norte.

1.2.4. Programa Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE).

O Brasil, ao assinar em 1982, e ratificar em 1988, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em vigor desde 16/11/1994, se comprometeu a cumprir uma gama de direitos e deveres frente à comunidade nacional e internacional. Dentre tais compromissos, destacam-se aqueles relacionados à exploração, ao aproveitamento, à conservação e à gestão dos recursos vivos na Zona Econômica Exclusiva⁷, dentro da ótica de uso sustentável do mar.

O Programa Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE) resulta de um detalhamento da meta principal definida para o IV Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), em vigor no período 1994/1998, tendo sido concebido com base em programa similar, elaborado em 1990, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM).

O Programa REVIZEE, aprovado em 1994 e executado pelo Ministério do Meio Ambiente, tem como objetivo central proceder ao levantamento dos potenciais sustentáveis de captura dos recursos vivos, visando atingir as seguintes metas: inventariar os recursos vivos e as características ambientais de sua ocorrência; determinar suas biomassas; e estabelecer os potenciais de captura sustentável.

O resultado mais importante do Programa é a ampliação da fronteira do conhecimento dessa área, no que se refere à distribuição de seus recursos vivos, potenciais de capturas sustentáveis e condições ambientais, cujos estudos, antes do REVIZEE, limitavam-se à sua faixa mais costeira. Com esse conhecimento, as decisões sobre a exploração dos recursos pesqueiros de toda a costa brasileira, incluindo a Costa Norte, poderão ser mais restritivas ao uso, afetando diretamente a economia das regiões litorâneas dependentes da pesca.

⁷ A Zona Econômica Exclusiva brasileira tem uma extensão de cerca de 3,5 milhões de km², tendo como limites ao norte, a foz do Rio Oiapoque e ao sul, o Chuí, projetando-se, ainda, para leste, para incluir as áreas em torno do Atol das Rocas, Arquipélagos de Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo e as Ilhas da Trindade e Martin Vaz.

1.2.5. Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo da Zona Costeira e Marinha - Cartas SAO

O mapeamento da sensibilidade ao óleo tem como principal objetivo auxiliar o planejamento e resposta a incidentes de derramamento, reduzindo suas conseqüências ambientais e socioeconômicas e aumentando a eficiência das estratégias de contenção e limpeza. Para tal, devem ser elaboradas cartas de sensibilidade ambiental, as chamadas Cartas SAO, que podem ser utilizadas para planejamento de contingências, operações de combate a derramamentos de óleo e para o gerenciamento ambiental da zona costeira e marinha, de uma forma mais ampla.

As Cartas SAO das Bacias Marítimas do Ceará e Potiguar foram organizadas em um Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo⁸, apresentando, além das cartas, informações adicionais, como a descrição dos *habitat* costeiros ocorrentes na região, com os seus respectivos Índices de Sensibilidade Litoral (ISL), as informações sobre a previsão do comportamento e da persistência do óleo derramado nos referidos *habitat*, a lista dos recursos biológicos por bacia e dados sobre densidade ecológica, concentração, sazonalidade, fases especiais do ciclo biológico e informações sobre espécies protegidas por lei, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção, informações complementares sobre as atividades socioeconômicas e dados do acesso às áreas para operações de resposta (contenção e limpeza/remoção) (Brasil, 2004). Não há informações sobre o desenvolvimento das Cartas SAO para as demais bacias sedimentares da Costa Norte.

1.2.6. Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima - Projeto Orla

Integrante do Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho, o Projeto Orla é desenvolvido pelo MMA em parceria com o Ministério do Planejamento, visando ao ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, buscando a aproximação das políticas ambiental e patrimonial.

Em 2002, o Projeto Orla realizou o Plano de Intervenção da Praia do Atalaia (Luiz Correa) e Pedra do Sal (Parnaíba). Nesse plano, foram identificados os conflitos associados à ocupação territorial, tendo sido sugerida uma linha estratégica de atuação baseada em um projeto de ordenamento da orla, para organizar as atividades comerciais e de lazer em ambas as praias. Dentre as ações identificadas como prioritárias, pode-se destacar a melhoria do aspecto visual e paisagístico, a identificação e a delimitação dos espaços para atividades específicas, a melhoria dos acessos às praias e a diversificação das opções de lazer.

Foi constituído um Comitê Gestor para o acompanhamento da implementação do Plano, formado por representantes das Prefeituras Municipais, GRPU/PI, IBAMA, SEBRAE, Colônia de Pesca Z-7, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Capitania dos Portos, Universidade Estadual do Piauí e da ONG Movimento SOS Natureza.

⁸ Destacam-se as áreas de manguezais e apicuns da costa de Ipirurana a Camocim, em direção interior até o Rio Coreaú, com presença de bivalves e caranguejos, atividades de turismo e aquicultura: a região próxima a Nova Barra dos Remédios; e o oeste da APA do Delta do Parnaíba, de Cajueiro da Praia Chaval, com presença de aves aquáticas continentais, bivalves e caranguejos. Estas áreas podem ser consideradas sob influência direta dos blocos BM-CE-1 e BM-CE-2, e indiretas do BCE-5 e BM-POT-13, BPOT-100A e BM-POT-11.

O projeto Orla da Praia de Atalaia, em Luís Correia, está sendo implantado pelo Ministério do Turismo, em parceria com a Empresa de Turismo do Piauí (PIEMTUR), com recursos do Orçamento Geral da União e contrapartida estadual. As obras começaram em fevereiro de 2006 e a previsão de conclusão é para dezembro deste mesmo ano.

O projeto de Urbanização da Orla de Atalaia, por sua vez, será executado com recursos do PRODETUR/NE II, com base no contrato de sub-empréstimo.

1.2.7. Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)

O Plano Nacional de Áreas Protegidas é o instrumento norteador de planejamento e gestão, dinâmico e flexível, que define princípios, diretrizes, objetivos e estratégias para o estabelecimento, até 2015, de um sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativas e efetivamente manejadas, bem como para promoção de acesso e repartição justa e equitativa dos custos e benefícios advindos da conservação da natureza.

O PNAP parte do reconhecimento da necessidade de se estabelecer uma política intersetorial para as áreas protegidas que possa contribuir para implementação, numa abordagem ecossistêmica, de ações que assegurem a conservação e o uso da biodiversidade no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), nas Terras Indígenas e Quilombolas e nos demais espaços especialmente protegidos, como as Áreas de Preservação Permanente (APP) e as reservas legais. Também, são consideradas pelo PNAP as áreas brasileiras com reconhecimento internacional, que, devido às suas características naturais, recebem títulos ou selos de reconhecimento atribuídos por secretariados ou comissões de assessoria aos tratados inter-governamentais.

Com o objetivo de orientar, acompanhar e apoiar o processo de implementação do PNAP, foi instituída, por meio da Portaria MMA 63/06, ampliada pela Portaria MMA 257/06, a Comissão Coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Esta conta com a participação e colaboração de representantes dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, de povos indígenas, de comunidades quilombolas e de comunidades extrativistas, do setor empresarial e da sociedade civil⁹. Dentre as ações que estão em curso no PNAP, podem ser citadas:

- Sistemas de Gestão do PNAP;
- Cadastro Nacional de Áreas Protegidas;
- Análise de representatividade e lacunas de proteção;

⁹ De acordo com a portaria tem representantes dos seguintes órgãos e entidades: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério das Cidades, Ministério da Cidade e Tecnologia, Ministério da Cultura, Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Educação, Ministério da Integração Nacional, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Turismo, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Fundação Nacional do Índio, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA), Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), ONGs ambientalistas, Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Comissão Nacional de Políticas Indigenistas, Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), Setor Privado (Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional da Indústria, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Comissão Nacional de Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais.



- Plano de sustentabilidade econômica;
- Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade em Terras Indígenas e em Terras Quilombolas;
- Estratégias Nacionais de Capacitação, Comunicação e Educação do SNUC; e
- Agência de Cooperação Internacional.

1.2.8. Projeto de Educação Ambiental no Parque Nacional de Jericoacoara

O projeto "*A Educação Ambiental Fortalecendo as Comunidades para a Participação Social*" foi delineado para execução, ao longo de 2006, nas comunidades de Tatajuba, Guriú, Mangue Seco, Jijoca de Jericoacoara, Jericoacoara, Lagoa Grande, Preá e Caiçara. Tem por objetivo sensibilizar e capacitar as comunidades a se relacionarem com a natureza e com o seu semelhante interagindo com as questões socioambientais, na busca de resolverem seus próprios problemas comunitários, valorizando o seu meio ambiente e o do Parque Nacional de Jericoacoara, trazendo conseqüentemente uma melhor qualidade de vida a toda população. Ou seja, proteger os ecossistemas do PARNA, respeitando e valorizando as comunidades do entorno, seu conhecimento e sua cultura, promovendo-as social e economicamente.

O projeto é desenvolvido pelo IBAMA-Jericoacoara¹⁰, com apoio da Agência Espanhola de Cooperação e participação das Prefeituras de Jijoca de Jericoacoara, Cruz e Camocim, do SEBRAE, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), das entidades civis organizadas de empreendedores e escolas locais¹¹.

1.2.9. Projeto Peixe-Boi

Vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos do IBAMA, o Projeto Peixe-Boi, criado em 1980, conta com o patrocínio oficial da PETROBRAS. Em uma tentativa de fazer uma avaliação da situação em que se encontrava o peixe-boi marinho no Brasil e reverter o seu processo de extinção, o Projeto incluiu um extenso levantamento na costa brasileira, para definir as principais áreas de ocorrência desse mamífero aquático, recomendando a criação de Áreas de Proteção e a implementação de Bases Executoras Regionais. A sede nacional do projeto está situada em Pernambuco, na Ilha de Itamaracá.

Sendo um lugar de ocorrência histórica de peixe-boi marinho, opera em Cajueiro da Praia uma extensão desse projeto, a base do `Piauí, implantada em 1998, que tem como principais atividades o monitoramento dos animais nativos que freqüentam o estuário do Rio Timonha, a educação ambiental e a realização de campanhas de conscientização popular. Foi inaugurada, em 2006, a torre de observação na foz do Rio Timonha, a cerca de 1.5 km da costa, bem na divisa com o Estado do Ceará. A inauguração da torre foi de grande importância para preservação da espécie, visto que antes disto o monitoramento era insuficiente.

¹⁰ elizeth.costa@ibama.gov.br

¹¹ Valor total envolvido: R\$ 57.121,50, sendo IBAMA: 18.455,00; Prefeituras: 1.430,00; SEBRAE: 2.920,00; empreendedores locais: 10.445,00; e Cooperação Espanhola: 23.676,50.

A comunidade local e o IBAMA acreditam que a criação de uma região de proteção para esse animal trará benefícios, o que pode incluir sua exploração turística. Precisam ser realizados estudos conclusivos sobre a demanda por esse atrativo e seus benefícios para a população local, visto que existem limitantes para a observação desses animais, por exemplo, a falta de garantia sobre o aparecimento diário de espécies para a observação do público.

1.3. Ministério da Defesa

1.3.1. Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA)

O Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA) tem como objetivo a melhoria da infra-estrutura através da ampliação, re-aparelhamento, reforma ou ampliação dos aeroportos de interesse estadual, por meio de parcerias entre a Agência Nacional de Aviação Civil e os Governos Estaduais.

Buscando a modernização da infra-estrutura aeroportuária brasileira, a Infraero realiza, desde 2003, um plano de obras nos principais aeroportos do País. Na Costa Norte, o aeroporto de São Luís passou a internacional após a intervenção da Infraero. A reforma e a ampliação do terminal de passageiros e do pátio de aeronaves, em licitação, aumentará a capacidade para 300.000 passageiros por ano.

A atuação do PROFAA na Costa Norte ocorre por meio da ampliação e da melhoria do aeroporto de Barreirinhas. Com previsão de término para dezembro de 2006, o convênio liberou aproximadamente R\$ 6,5 milhões de contrapartida do Governo Federal e R\$ 1,6 milhão do Governo do Maranhão. De acordo com o Relatório Sintético do PROFAA, de 21 de março de 2006, a obra já havia sido executada em 70% e faturados os 70,97% do orçamento ¹².

¹² Fontes: <http://www.anac.gov.br/arquivos/pdf/relatorioSinteticoObrasEmAndamento.pdf>

1.4. Ministério de Minas e Energia

1.4.1. Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE) – 2006-2015

O Plano Energético é elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério. Com recursos do Governo Federal e da iniciativa privada, o Plano prevê as seguintes ações que influenciam a região de estudo de forma direta ou indireta: construção das linhas de transmissão Piripiri - Campo Maior, Campo Maior - Castelo e Campo Maior - Barras; construção de uma subestação Parnaíba II, 69/13,8kV (2007); construção das linhas de transmissão Jijoca - Camocim (2014); e construção de uma subestação em Jijoca 69/13,8kV (2011).

Essas ações devem melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica na região, influenciando de forma direta e positiva nos estabelecimentos do setor turístico. Além disso, contribuirão para a superação de um dos problemas dos setores industriais e agrícolas, podendo influenciar o turismo de forma indireta.

1.4.2. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o Programa estabelece a contratação de 3.300 Mw de energia para o Sistema Interligado Nacional (SIN), produzidos por fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), sendo 1.100 Mw de cada fonte. Tem como objetivo contribuir para a diversificação da matriz energética brasileira e buscar soluções de cunho regional com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

Com o apoio da ELETROBRAS e recursos do BNDES e da iniciativa privada, o programa prevê a construção de cinco usinas eólicas na região: Usina Eólica Praia Formosa (104.400kw), em Camocim (Eólica Formosa Ltda); Usina Eólica Pontal das Almas (36.000kw), em Barroquinha (Cataventos Novas Energias Brasil Ltda); Usina Eólica Pedra do Sal (17850kw), em Parnaíba (SeaWest do Brasil Projetos e Participações Ltda); Usina Eólica Praia do Arrombado (23.400kw), em Luís Correia (Eletrowind S/A); e Usina Eólica Campo do Cemitério (22.500kw), em Luís Correia (Sociedade Brasileira de Energias Renováveis Ltda).

Assim como as ações do PDEE, essas ações devem melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica da região, influenciando de forma direta e positiva os estabelecimentos do setor turístico. Além disso, contribuirão para a superação de um dos problemas dos setores industriais e agrícolas, podendo influenciar o turismo também de forma indireta.

1.4.3. Programa Luz para Todos

Em 2004, o Governo Federal iniciou o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos" com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com participação da ELETROBRAS e de suas empresas controladas. O Programa influenciará de forma positiva o turismo na região na medida em que alcançar as comunidades nas quais a atividade turística já se desenvolve, como, por exemplo, Caburé, na foz do Rio Preguiças, ou naquelas que podem vir a desenvolver uma forma de turismo de base comunitária.

1.5. Ministério da Integração Nacional

1.5.1. Projeto Distrito de Irrigação dos Tabuleiros Litorâneos do Piauí

No âmbito do Governo Federal, o projeto vem passando por diversos órgãos e, atualmente, encontra-se sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Ministério da Integração Nacional (MI). A meta do projeto é promover a irrigação do Distrito dos Tabuleiros Litorâneos do Piauí, por meio da captação de água do rio Parnaíba.

O Ministério firmou parcerias com o Governo do Estado do Piauí, Embrapa e com o Centro de Treinamento em Desenvolvimento (CETREDE¹³), com a finalidade de assegurar a difusão tecnológica e a assistência técnica, necessárias para que os produtores possam desenvolver uma produção de baixo consumo de água e alta rentabilidade.

O perímetro irrigado se localiza ao sul do município de Parnaíba e no município de Buriti dos Lopes, na região norte do Estado do Piauí. A primeira etapa do Projeto foi inaugurada recentemente, no dia 19 de junho de 2006, e absorveu investimentos de aproximadamente R\$ 55,2 milhões do Governo Federal. O Projeto será operado por empresários, pequenos agricultores e profissionais de ciências, e produzirá frutas tropicais (goiaba, caju, melão e melancia).

1.5.2. Projeto São Bernardo

Também, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), do Ministério da Integração Nacional (MI), o Projeto São Bernardo promove estudos de viabilidade do aproveitamento hidro-agrícola do Perímetro Irrigado Tabuleiros de São Bernardo, localizado em área de 20.000 ha à margem esquerda do Rio Parnaíba, na região litorânea do Estado do Maranhão — abrange parte dos municípios de Magalhães de Almeida e Araióses — e prevê a irrigação de uma área piloto de 5.000 ha.

A implantação do perímetro irrigado foi iniciada em 1987, mas os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum só foram implementados em 2002.

Assim como o Projeto Distrito de Irrigação dos Tabuleiros Litorâneos do Piauí, este projeto permitirá o melhor aproveitamento do solo, desenvolvendo a produção agrícola. Dessa forma, contribuirá de forma positiva e indireta para a melhoria e diminuição dos custos do turismo, ao incentivar o crescimento e a melhor qualidade da produção de alimentos.

¹³ O CETREDE é uma instituição com objetivos de interesse público e personalidade jurídica de direito privado. Criado no ano de 1964, fruto de parceria entre o Governo Brasileiro e a Organização dos Estados Americanos, teve como foco inicial de suas atividades a capacitação de técnicos de vários países, responsáveis pela implantação de projetos para o desenvolvimento econômico das regiões mais carentes da América Latina.

1.5.3. Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba (PLANAP)

O PLANAP¹⁴ consiste em um plano de ações integradas para o desenvolvimento sustentável da bacia do Parnaíba, e visa promover o crescimento da economia regional e a melhoria da qualidade de vida da população; sua principal estratégia é identificar as potencialidades, limitações e oportunidades de desenvolvimento da bacia, além de promover a caracterização técnica formalizada num diagnóstico integrado, como base para o plano de ação.

Foi desenvolvido pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CO-DEVASF), conforme acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e a Organização dos Estados Americanos (OEA), com recursos financiados pelo Banco Mundial¹⁵ e lançado em 2006.

O plano conta com a colaboração de muitos parceiros: o Ministério da Integração Nacional (MI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Governos dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), o Serviço Geológico do Brasil (C-PRM), o IBGE, o INPE e a ANA, além de universidades, instituições financeiras, organismos não-governamentais, associações e sindicatos.

O PLANAP abrange 222 municípios do Piauí (98% da área do estado), inclusive Teresina, excluindo apenas um município, o de Cajueiro da Praia; 36 municípios do Estado do Maranhão (20,6% do Estado); e vinte municípios do Estado do Ceará (4%). O Plano inclui um inventário dos diagnósticos e dos estudos técnicos realizados pelas diversas instituições atuantes na bacia do Parnaíba; um plano de ação de curto prazo, contendo propostas de melhoria e aproveitamento da infra-estrutura; um plano de desenvolvimento por meio de ações de médios e longos prazos, incluindo a elaboração do macrozoneamento ecológico-econômico, para identificar potencialidades e limitações dos recursos naturais, e fornecer subsídios para a formulação e a execução de políticas de desenvolvimento regional; um sistema de informações geográficas; e propostas de ações estratégicas para a sua execução.

¹⁴ A bacia do Rio Parnaíba compreende uma área de 333 mil quilômetros quadrados: 98,7% do Estado do Piauí, ; 19,3% do Estado do Maranhão e 9,7% do Ceará, que abrangem um total de 278 municípios.

¹⁵. O Plano de Ação terá um custo total de R US\$ 1.100.000, incluído o Plano de Curto Prazo. Em 2006, a primeira parcela, no valor de R\$ 426 mil, já havia sido liberada..

1.6. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

1.6.1. Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família

O desenvolvimento do FOME ZERO se faz a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; geração de renda e articulação; e mobilização e controle social. Inserido no primeiro eixo, o Programa Bolsa Família (PBF) é coordenado e controlado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), constando de transferência direta de renda, segundo algumas condições de saúde e educação, que beneficia famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extremamente pobres (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00). Os valores pagos são variáveis (entre R\$ 15,00 e R\$ 95,00) de acordo com a renda mensal da família e o número de crianças.

Dados do MDS (Jul./2006) revelam que em todos os estados do Brasil há famílias atendidas pelo PBF., o que ocorre em todos os municípios do Ceará, Piauí e Maranhão que integram a Costa Norte. A **Tabela VII 9** mostra o atendimento das famílias nesses municípios, assim como o valor investido e o valor médio mensal do benefício¹⁶. A **Tabela VII 10**, por sua vez, mostra o valor destinado ao Programa Bolsa Família, no ano de 2006, para os mesmos municípios.

Tabela VII 9 — Ações do Programa Bolsa Família nos municípios da Costa Norte

Município	Estimativa de famílias pobres	Famílias atendidas	Valor investido (R\$)	% atendimento X famílias pobres	Valor médio do benefício (R\$)
Barroquinha	2.095	2.294	159.649,00	109,50%	69,59
Camocim	7.408	7.458	459.966,00	100,70%	61,67
Jijoca de Jericoacoara	1.462	1.727	114.410,00	118,10%	66,25
Cajueiro da Praia	862	664	42.083,00	77,00%	63,38
Ilha Grande	1.083	1.280	86.494,00	118,20%	67,57
Luis Correia	3.304	2.224	148.644,00	67,30%	66,84
Parnaíba	13.393	13.888	843.105,00	103,70%	60,71
Água Doce do Maranhão	1.476	1.781	128.159,00	120,70%	71,96
Araioses	5.785	6.836	500.649,00	118,20%	73,24
Barreirinhas	5.464	7.034	513.241,00	128,70%	72,97
Paulino Neves	1.551	2.014	150.414,00	129,90%	74,68
Tutóia	4.205	4.998	385.576,00	118,90%	77,15
Total	48.088	52.198	3.532.390,00		

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

¹⁶ Fontes: www.mds.gov.br/programas/transferecia-de-renda/programa-bolsa-familia – acesso em 26/09/06

Tabela VII 10 — Valores do Programa Bolsa Família aplicados nos municípios da Costa Norte (2006)

Município	Total destinado para o Bolsa Família (R\$)
Barroquinha	1.210.019,00
Camocim	3.821.094,00
Jijoca de Jericoacoara	893.891,00
Cajueiro da Praia	331.417,00
Ilha Grande	526.221,00
Luis Correia	1.359.726,00
Parnaíba	6.836.923,00
Água Doce do Maranhão	815.255,00
Araiozes	3.421.097,00
Barreirinhas	4.346.752,00
Paulino Neves	1.055.094,00
Tutóia	3.031.415,00
Total	27.648.904,00

Fonte: www.transparencia.gov.br, 2006.

1.7. Ministério da Educação

1.7.1. Programa Brasil Alfabetizado

O programa Brasil Alfabetizado foi criado em 2003 com o objetivo de capacitar educadores e alfabetizar cidadãos com quinze anos ou mais que não tiveram a oportunidade ou foram excluídos da escola antes de aprender a ler e a escrever. É executado pelo Ministério da Educação, órgão responsável por formular políticas para a universalização da alfabetização. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) coordena, fiscaliza e avalia as ações de combate ao analfabetismo e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que transfere recursos financeiros aos estados, municípios, empresas privadas, universidades, organizações não-governamentais e instituições civis parceiros em todo o processo.

Os recursos são transferidos, automaticamente, em até cinco parcelas para estados, Distrito Federal e municípios que apresentarem propostas para executar ações de formação de alfabetizadores e alfabetização de jovens e adultos, e em duas parcelas para entidades privadas sem fins lucrativos e instituições federais, estaduais, municipais de ensino superior. Em 2004, o Programa Brasil Alfabetizado investiu R\$ 168 milhões em cerca de três mil municípios, em 2005, R\$ 186,6 milhões e em 2006, R\$ 217,1 milhões.

As atividades do programa são desenvolvidas junto a populações indígenas, bilingües, fronteiriças ou não; populações do campo (agricultores familiares, assalariados, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas e remanescentes de quilombos); pescadores artesanais e trabalhadores da pesca; pais de beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); pessoas com necessidades educacionais especiais; população carcerária; e jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas.

A **Tabela VII 11** mostra a cobertura do Brasil Alfabetizado (2006) nos municípios da Costa Norte.

Tabela VII 11 — Programa Brasil Alfabetizado nos municípios da Costa Norte (2006)

Município	Número de Alfabetizandos
Barroquinha	664
Camocim	1.072
Jijoca de Jericoacoara	201
Cajueiro da Praia	174
Ilha Grande	192
Luis Correia	471
Parnaíba	1.587
Água Doce do Maranhão	183
Araloses	1.316
Barreirinhas	1.150
Paulino Neves	210
Tutóia	1.124
Total	8.344

Fonte: www.fnde.gov.br, 2006.

1.7.2. Programa de Apoio ao Atendimento à Educação de Jovens e Adultos

O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Fazendo Escola, antigo Recomeço) tem como objetivo contribuir para enfrentar o analfabetismo e a baixa escolaridade em diversos locais do País, destinando-se aos cidadãos que não tiveram a oportunidade de acesso ou de permanência no ensino fundamental na idade escolar própria (dos 7 aos 14 anos).

O programa é desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com governos estaduais e prefeituras municipais, envolvendo a transferência de recursos administrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades (SECAD) é responsável por formular políticas para melhorar a qualidade da educação de jovens e adultos e por acompanhar a implantação da educação de jovens e adultos nos sistemas estaduais e municipais de ensino, além de subsidiar a decisão dos executores quanto à utilização dos recursos. O estado e o município são os órgãos executores do programa com a responsabilidade de atender às escolas do sistema estadual e municipal, respectivamente.

Os recursos são repassados de acordo com o número de alunos matriculados nos cursos presenciais, atingindo um valor máximo anual de R\$ 250,00 por aluno. Estes recursos são destinados a: assistência financeira para a aquisição de livros didáticos, para alunos adultos que pretendem completar o ensino fundamental; contratação temporária de professores quando necessária; formação contínua de docentes; e compra de alimentos.

O programa, que beneficia todos os estados do país, incluiu em 2006 todos os municípios da Costa Norte (Tabela VII 12).

Tabela VII 12 — Programa de Apoio ao Atendimento à Educação de Jovens e Adultos nos municípios da Costa Norte (2006)

Município	Alunos	Valor (R\$)
Barroquinha	922	230.500,00
Camocim	1.932	434.700,00
Jijoca de Jericoacoara	140	35.000,00
Cajueiro da Praia	333	83.250,00
Ilha Grande	131	32.750,00
Luis Correia	228	57.000,00
Parnaíba	2.290	480.900,00
Água Doce do Maranhão	367	3.236,90
Araioses	4.137	1.034.250,00
Barreirinhas	1.133	246.956,57
Paulino Neves	268	67.000,00
Tutóia	1.670	417.500,00
Total	13.551	3.123.043,47

Fonte: www.fnnde.gov.br, 2006.

1.7.3. Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP)

O PROEP, criado em 1997, é uma iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com vigência até novembro de 2006. Os recursos aplicados neste programa são da ordem de US\$ 400 milhões, dos quais 50% provenientes do financiamento do BID e 50% de contrapartida brasileira. Visa à implantação da reforma da educação profissional, especialmente no que diz respeito às inovações introduzidas pela legislação. Abrange aspectos técnico-pedagógicos, como flexibilização curricular, gestão escolar que contemple a autonomia, flexibilidade, captação de recursos e parcerias, garantindo a expansão da rede de educação profissional. As ações deste Programa têm como objetivos:

- ampliação e diversificação da oferta de cursos, nos níveis básico, técnico e tecnológico;
- separação formal entre o ensino médio e a educação profissional;
- desenvolvimento de estudos de mercado para a construção de currículos sintonizados com o mundo do trabalho e com os avanços tecnológicos;
- ordenamento de currículos sob forma de módulos;
- acompanhamento do desempenho dos(as) formandos(as) no mercado de trabalho, como fonte contínua de renovação curricular;
- reconhecimento e certificação de competências adquiridas dentro e fora do ambiente escolar; e
- criação de um modelo de gestão institucional inteiramente aberto.

O Programa é operacionalizado de forma descentralizada, e conta com a participação dos governos dos estados que abrangem a Costa Norte: Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará (SECITECE); Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia (SICCT); e Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (GEPLAN)¹⁷.

1.7.4. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)

O FUNDEF é um fundo de natureza contábil, implantado no País em 1998, com vigência até 2006. É composto, na quase totalidade, por recursos dos próprios estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo constituído de 15% do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp), além da parcela de recursos federais.

Os recursos do FUNDEF destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, como despesas relacionadas à aquisição, manutenção e funcionamento das instalações e equipamentos necessários ao ensino, uso e manutenção de bens e serviços, remuneração e aperfeiço-

¹⁷ Cabe ressaltar que não foram encontrados dados acerca dos municípios beneficiados pelo programa.

amento dos profissionais da educação, aquisição de material didático, transporte escolar, dentre outros. Esses recursos procuram atender aos objetivos das instituições educacionais, independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (na zona urbana ou na zona rural). A Tabela VII 13 mostra a transferência de recursos federais para o FUNDEF, no ano de 2006, incluindo recursos transferidos entre os meses de janeiro a outubro, para os municípios da Costa Norte.

Tabela VII 13 — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério nos municípios da Costa Norte (2006)

Município	Recursos federais transferidos para o FUNDEF (R\$)
Barroquinha	1.358.840,41
Camocim	3.880.606,01
Jijoca de Jericoacoara	1.234.521,60
Cajueiro da Praia	691.469,21
Ilha Grande	1.009.061,04
Luis Correia	2.630.032,22
Parnaíba	8.002.347,14
Água Doce do Maranhão	1.028.571,29
Araloses	3.642.529,40
Barreirinhas	5.715.975,29
Paulino Neves	2.233.940,02
Tutóia	5.859.816,12
Total	37.287.709,75

Fonte: www.transparencia.gov.br, 2006.

1.7.5. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)

A Emenda Constitucional para a criação do FUNDEB foi aprovada em 2006, para substituir o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Enquanto o FUNDEF destina-se exclusivamente ao ensino fundamental, este novo fundo tem como objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos em educação, financiando toda a Educação Básica, que envolve as etapas da educação infantil (creches para crianças de zero a três anos e pré-escola para crianças de quatro a seis), do ensino fundamental e do ensino médio, além das modalidades: educação de jovens e adultos, educação indígena, educação profissional, educação do campo e educação especial (destinada a portadores de deficiências).

O FUNDEB terá vigência de quatorze anos, a partir do primeiro ano da sua implantação, e será composto por 20% das receitas de impostos e transferência dos estados e municípios (cerca de R\$ 51 bilhões) e por

uma parcela de complementação da União (cerca de R\$ 5 bilhões). O universo de beneficiários do FUNDEB é da ordem de 48 milhões de alunos da Educação Básica.

1.8. Ministério do Desenvolvimento Agrário

1.8.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa do Governo Federal de apoio ao desenvolvimento do setor rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, de modo a propiciar um aumento da capacidade produtiva e da geração de renda. O programa, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações. É operado com recursos do Orçamento Geral da União, repassados aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e a entidades privadas, de acordo com a comprovação das etapas executadas.

O objetivo do PRONAF é construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, com o financiamento de atividades agropecuárias e não-agropecuárias (serviços relacionados com o turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar, entre outros), mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

Os beneficiários do PRONAF são: famílias agricultoras, assentadas de reforma agrária e do crédito fundiário, extrativistas, silvicultores e pescadores. Além disso, são também públicos do programa: comunidades quilombolas ou povos indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas ou não-agrícolas no meio rural. A Tabela VII 14 apresenta a relação de agricultores com DAP¹⁸ válido, cadastrados nos municípios da Costa Norte:

Tabela VII 14 — PRONAF nos municípios da Costa Norte

Município	Número de agricultores com Declaração de Aptidão ao PRONAF
Barroquinha	236
Camocim	782
Jijoca de Jericoacoara	349
Cajueiro da Praia	-
Ilha Grande	3
Luis Correia	637
Parnaíba	1
Água Doce do Maranhão	206
Araioses	722
Barreirinhas	323
Paulino Neves	3
Tutóia	606
Total	3.868

Fonte: <http://www.pronaf.gov.br/>, 2006

¹⁸ A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) é o instrumento que identifica a família como beneficiária do Programa, sendo obrigatório para acessar o crédito, além de permitir que a família interaja com outras ações da Secretaria da Agricultura Familiar.

1.9. Ministério do Trabalho e Emprego

1.9.1. Programa Economia Solidária em Desenvolvimento

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento foi implementado em 2004 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Na Economia Solidária encontram-se milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, que gerem seu próprio trabalho e lutam por sua emancipação. São iniciativas de organizações não-governamentais voltadas para projetos produtivos coletivos; cooperativas populares; redes de produção-consumo-comercialização; instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários; empresas recuperadas por trabalhadores organizados em autogestão; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de prestação de serviços; entre outras.

A SENAES, com este objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas, está realizando o mapeamento da economia solidária no Brasil. Para isso, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). A **Tabela VII 15** apresenta dados do Relatório de SIES, de 2005, e mostra a quantidade de empreendimentos econômicos solidários nos municípios da Costa Norte, que ainda estavam em operação naquele ano.

Tabela VII 15 — Programa Economia Solidária nos municípios da Costa Norte (2005)

Município	Quantidade de empreendimentos econômicos solidários
Barroquinha	8
Camocim	7
Jijoca de Jericoacoara	3
Cajueiro da Praia	6
Ilha Grande	5
Luis Correia	3
Parnaíba	44
Água Doce do Maranhão	-
Araioses	14
Barreirinhas	24
Paulino Neves	2
Tutóia	7
Total	123

Fonte: Relatório SIES, 2005.

1.9.2. Projeto Juventude Cidadã

O Projeto Juventude Cidadã, operacionalizado por Convênios entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e prefeituras municipais, objetiva oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional de forma a qualificar os jovens de baixa renda para uma futura inserção no mercado de trabalho. O público prioritário do projeto é formado por jovens com idade entre dezesseis a 24 anos, em sua maioria de escolaridade inferior ao ensino médio completo, renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, que não tenham tido vínculo empregatício anterior e que não sejam os beneficiários diretos do Programa Bolsa Família.

O processo de formação do Projeto Juventude Cidadã inclui aulas de cidadania e direitos humanos, prestação de serviços voluntários à comunidade, qualificação social e profissional e estímulo e apoio efetivo à elevação da escolaridade. Cada jovem participante do projeto recebe um auxílio financeiro no valor de R\$ 600,00, distribuídos em cinco parcelas de R\$ 120,00. O projeto é financiado com recursos do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), coordenado pelo MTE.

1.10. Ministério da Saúde

1.10.1. Programa Saúde da Família

O Programa Saúde da Família, iniciado em 1994, tem como principal objetivo reorientar o modelo assistencial, mediante a implantação de equipes multiprofissionais nas unidades básicas de saúde, nas residências e na mobilização das comunidades, levando a saúde para mais perto das famílias e, com isso, melhorando a qualidade de vida. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias localizado em uma área geográfica limitada, atuando na promoção da saúde, na prevenção, na recuperação, na reabilitação de doenças e agravos mais frequentes e na manutenção da saúde da comunidade. A **Tabela VII 16** apresenta os resultados do Programa nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão e a **Tabela VII 17** as transferências de recursos federais, no ano de 2006 (jan./ago.), para os municípios da Costa Norte.

Tabela VII 16 — Programa Saúde da Família nos estados do CE, PI e MA, 2006

UF	Municípios			População			N° de ESF
	Total	Com ESF ¹	%	Total	Acompanhada pela ESF	%	
CE	184	183	99,5	7.764.638	4.365.442	56,2	1.320
MA	217	213	98,2	5.926.408	4.245.753	71,6	1.427
PI	223	221	99,1	2.948.005	2.805.604	95,2	980

Equipe de Saúde da Família.

Fonte: www.transparencia.gov.br, 2006.

Tabela VII 17 — Programa Saúde da Família nos municípios da Costa Norte, 2006

Município	Recursos federais transferidos para o Programa da Saúde da Família (R\$)
Barroquinha	194.400,00
Camocim	390.114,00
Jijoca de Jericoacoara	312.800,00
Cajueiro da Praia	173.900,00
Ilha Grande	194.400,00
Luis Correia	648.000,00
Parnaíba	1.505.000,00
Água Doce do Maranhão	299.200,00
Araioses	972.000,00
Barreirinhas	1.189.200,00
Paulino Neves	364.500,00
Tutóia	555.804,00
Total	6.799.318,00

Fonte: www.transparencia.gov.br, 2006.

1.10.2. Programa de Agentes Comunitários de Saúde

O Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), considerado parte da Saúde da Família, objetiva estimular a organização da atenção básica, em todos os municípios, com a implantação de agentes comunitários.

Todos os municípios da Costa Norte recebem recursos federais para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. A **Tabela VII 18** mostra a quantia recebida no período de janeiro a agosto de 2006.

Tabela VII 18 — Programa de Agentes Comunitários de Saúde nos municípios da Costa Norte

Município	Recursos federais transferidos para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (R\$)
Barroquinha	80.600,00
Camocim	208.000,00
Jijoca de Jericoacoara	75.400,00
Cajueiro da Praia	41.600,00
Ilha Grande	49.400,00
Luis Correia	137.800,00
Parnaíba	825.950,00
Água Doce do Maranhão	97.600,00
Araioses	299.000,00
Barreirinhas	277.600,00
Paulino Neves	72.500,00
Tutóia	257.400,00
Total	2.422.850,00

Fonte: www.transparencia.gov.br, 2006.

1.10.3. Programa de Saúde Bucal

O Programa Saúde Bucal, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, tem como objetivo reorganizar a atenção à saúde bucal prestada nos municípios por meio do Programa Saúde da Família.

A **Tabela VII 19** possui informações relacionadas com os recursos federais repassados para os municípios da Costa Norte em 2006 (janeiro a agosto) para o Programa de Saúde Bucal. Apenas dois municípios não são beneficiados, Água Doce do Maranhão e Araioses.

Tabela VII 19 — Programa Saúde Bucal nos municípios da Costa Norte

Município	Recursos federais transferidos para o Programa de Saúde Bucal (R\$)
Barroquinha	48.450,00
Camocim	88.400,00
Jijoca de Jericoacoara	71.400,00
Cajueiro da Praia	55.450,00
Ilha Grande	61.200,00
Luis Correia	160.800,00
Parnaíba	198.000,00
Água Doce do Maranhão	-
Araioses	-
Barreirinhas	204.000,00
Paulino Neves	68.850,00
Tutóia	61.200,00
Total	1.017.750,00

Fonte: www.transparencia.gov.br, 2006

1.11. Ministério das Cidades

1.11.1. Programa Saneamento para Todos

O Programa Saneamento Para Todos, criado em 2005, substituindo os programas Pró-Saneamento, Pró-Sanear, Pró-Comunidade e Financiamento de Concessionárias Privadas/Saneamento (FCP/SAN), tem como objetivo promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações de saneamento integradas com outras políticas públicas.

O Programa envolve algumas modalidades de financiamento: abastecimento de água; esgotamento sanitário; saneamento integrado; desenvolvimento institucional; manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais; estudos e projetos; preservação e recuperação de mananciais; e manejo de resíduos de construção e demolição.

Para o ano de 2006, o volume de recursos previstos para financiamento de obras de saneamento é de R\$ 3,5 bilhões, oriundos do FGTS, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Orçamento Geral da União (OGU). No ano passado, foram destinados R\$ 2 bilhões para o setor, totalizando R\$ 7,7 bilhões do ano de 2003 até 2005.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério das Cidades, o programa Saneamento para todos não tem previsão de investimentos na região Costa Norte para o ano de 2006.

2. PLANOS E PROGRAMAS ESTADUAIS

2.1. Secretaria de Turismo do Estado do Ceará

2.1.1. Programa de Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos

O Programa de Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos visa a ordenar as atividades turísticas no Estado, diversificando a oferta de produtos com as especificidades de cada região ou município turístico. O programa abrange as seguintes ações:

- organização territorial regionalizada;
- planejamento e criação de produtos e destinos em diversas regiões para descentralizar a atividade turística;
- desenvolvimento de potencialidades turísticas regionais;
- qualificação e regularização de prestação de serviços;
- capacitação de profissionais para o turismo; e
- gestão descentralizada.

2.1.2. Programa de Marketing Turísticos

O Programa de Marketing Turístico visa consolidar os mercados já conquistados e agregar novos mercados. O *Marketing* Turístico procura diminuir a sazonalidade e incentivar o mercado de eventos. Dentre as ações, estão:

- divulgar e venda do destino Ceará em eventos especializados em turismo;
- comercializar produtos turísticos, junto ao mercado nacional e internacional em parceria com operadoras e agências de viagens;
- ampliar do acesso aéreo e marítimo para o Ceará;
- produzir e veicular campanhas publicitárias e material promocional;
- divulgar produtos e serviços que fortaleçam a interiorização do turismo;
- apoiar a realização de eventos; e
- criar e implementar novos postos de informações.

2.1.3. Programa de Captação de Investimentos

O objetivo do Programa de Captação de Investimentos é incrementar a oferta turística com a atração de investimentos e ampliação de negócios turísticos no Estado. As ações são as seguintes:

- atrair investimentos, orientar investidores e promover parcerias;
- realizar articulação entre investidores, órgãos públicos e privados para viabilizar e agilizar processos de investimento e financiamento;
- apoiar canais de financiamento para implantação de equipamentos turísticos de pequeno e médio porte;
- promover articulações com organismos nacionais e internacionais para identificar projetos com interesse para parceria, captação de recursos externos, ampliação de mercado e estímulo à transferência de tecnologia;
- estimular a divulgação de oportunidades de investimentos no Ceará na mídia; e
- incentivar a participação do empresariado em eventos específicos do turismo.

2.2. Secretaria de Ouvidoria e Meio Ambiente do Estado do Ceará

2.2.1. Programa Selo Município Verde

O Selo Município Verde é um programa de Certificação Ambiental Pública, instituído pela Lei Estadual 13.304/03 e regulamentado pelos Decretos 27.073/03 e 27.074/03. De caráter voluntário, o Programa pretende identificar, anualmente, os municípios cearenses que atendam a critérios pré-estabelecidos de conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Também prevê uma premiação do município que atingir o melhor desempenho ambiental com o Prêmio Sensibilidade Ambiental. O processo de implantação é coordenado pelo Comitê Gestor, presidido pelo Secretário da Ouvidoria-Geral e Meio-Ambiente (SOMA) e tendo como secretário Executivo o Superintendente da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE).

Em 2006, do total de 184 municípios cearenses, 34% deles (62) estão inscritos. Assim como a capital Fortaleza, nenhum dos municípios cearenses da Costa Norte se inscreveram nesse programa.

Os benefícios que esse programa traz frente ao turismo estão principalmente associados à imagem positiva vinculada a uma responsabilidade socioambiental comprovada por certificado. A crescente valorização dessa postura pró-ativa, principalmente por visitantes estrangeiros, pode ser explorada como um diferencial de atrativos frente a outros concorrentes.



2.2.2. Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Ceará

O Governo do Estado do Ceará elaborou estudos e mapeamentos visando à consolidação de um ZEE Costeiro, como instrumento da Política Estadual de Meio Ambiente e da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro. Os estudos para a constituição do ZEE Costeiro do Ceará foram realizados pela Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente (SOMA), pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e pelo Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR).

Na minuta do ZEE Costeiro do Ceará consta que a área abrange todos os municípios da Zona Costeira, conforme o que estabelece o Decreto Federal 5.300/2004, e ainda mais nove municípios "*em razão da interiorização das atividades econômicas próprias dos ecossistemas da Zona Costeira*".

O art. 7º da minuta de Decreto determina que o ZEE é condicionante para:

- o Licenciamento Ambiental;
- a definição de parâmetros técnicos para diagnóstico de áreas de interesse para criação, implantação e gestão de unidades de conservação;
- o estabelecimento dos critérios de uso e ocupação do solo;
- a definição de tendências de ocupação e articulação regional; e
- o desenvolvimento de políticas públicas e incentivos governamentais.

O Cap. V da minuta dispõe que os usos permitidos e proibidos são definidos em função dos ambientes, zonas e sub-zonas e em função das metas ambientais estabelecidas para proteção e conservação ambiental. A minuta de Decreto não traz as definições de quais usos são proibidos e quais são permitidos em cada área.

O Cap. VI dispõe que os usos estimulados são definidos em função das potencialidades regionais e usos sócio-econômicos, agrupados em seis pólos. Os municípios de Barroquinha, Camocim e Jijoca de Jericoacoara estão entre aqueles que fazem parte do Pólo de Desenvolvimento Turístico 01, juntamente com Granja, Chaval, Cruz, Bela Cruz, Marco e Morrinhos. Observa-se que a maior parte dos municípios do Pólo Costa do Sol ficou fora: Acaraú, Itarema, Amontada, Itapipoca, Trairí e Paraipaba fazem parte do Pólo de Especial Interesse Ecológico 01; e os municípios de Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Caucaia fazem parte do Pólo de Desenvolvimento Industrial e Portuário.

2.2.3. Política e Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Ceará

Foi publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará 19 a Lei 13.796, de 30/06/2006, que institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. De acordo com o Art. 3º da lei, a Zona Costeira abrange 37 (trinta e sete) municípios e divide-se em quatro setores, estando os municípios da Costa Norte incluídos no setor quatro, junto com os seguintes municípios: Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz,

¹⁹ D.O. Série 2, Ano IX, nº 123, de 30 de junho de 2006



Bela Cruz, Chaval e Granja. Portanto, para efeito da Política e do Plano de Gerenciamento Costeiro do Ceará, os municípios da Costa Norte fazem parte do Setor "Costa Extremo Oeste". São objetivos da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro:

- estabelecer medidas e padrões de proteção ambiental, destinados a assegurar a qualidade dos recursos hídricos e do solo, e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população na zona costeira e nos ecossistemas associados;
- definir prioridades para a implementação de planos e programas e ações governamentais, conforme as diretrizes e objetivos da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro;
- fortalecer os atos administrativos decorrentes do poder de polícia administrativa, executados sobre atividades, obras, serviços e empreendimentos públicos e privados passíveis de licenciamento ambiental, localizados, total ou parcialmente, na zona costeira ou em ecossistemas associados;
- elaborar e implementar o Zoneamento Urbano e Ecológico-Econômico Costeiro;
- assegurar a preservação de áreas protegidas, bem assim a recuperação de áreas degradadas ou poluídas ou em processo de degradação ou poluição;
- definir padrões e medidas de uso e ocupação do solo da zona costeira buscando evitar a degradação, a poluição e a descaracterização dos ecossistemas costeiros, assegurando a plena manutenção dos processos produtivos, minimizando conflitos e concorrências entre usos e atividades, de modo a erradicar a exploração predatória dos recursos ambientais; e
- promover a gestão integrada, compartilhada e participativa da zona costeira entre as unidades federativas que integram a zona costeira do Estado do Ceará.

A Lei cria o Colégio Estadual do Gerenciamento Costeiro, fórum consultivo vinculado diretamente à Secretaria da Ouvidoria e do Meio Ambiente, com a finalidade de reunir os segmentos representativos dos governos estadual e municipal e da sociedade, para a discussão, proposição e encaminhamento de políticas, planos, programas e ações destinadas à gestão da zona costeira.

2.3. Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional do Estado do Ceará

2.3.1. Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (PROURB)

O PROURB visa apoiar os Programas de Desenvolvimento Urbano e de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, sob a forma de financiamento para fins de desenvolvimento institucional e de investimentos em infra-estrutura urbana. Tem como meta ser um instrumento viabilizador da estruturação urbana de um conjunto de cinquenta cidades cearenses, incluindo os municípios de Camocim e Jijoca de Jericoacoara, que fazem parte da Costa Norte.

Entre as áreas de atuação do PROURB podem ser destacadas a gestão municipal, o planejamento urbano, a infra-estrutura urbana e a profissionalização de jovens. Para a realização dessas ações, foi obtido um financiamento de, aproximadamente, U\$ 240 milhões, sendo o Banco Mundial um dos principais financiadores (U\$ 140 milhões). Os tesouros Municipal e Estadual também fizeram parte das fontes de recursos financeiros do projeto.

Como resultados do PROURB têm-se: cinquenta municípios atendidos; 1.762.190 habitantes beneficiados; 41 Projetos de Administração Tributária; 41 Projetos de Reestruturação Administrativa; 36 Projetos de Cadastro Técnico; 44 Bases Cartográficas/Fotográficas; 46 Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDUs); cinco Planos de Desenvolvimento Regionais (PDRs); um Plano Diretor de Habitação (PDH); 49 Projetos Estruturantes; dezoito Obras Estruturantes; 89 micro-áreas com infra-estrutura urbana: 12.275 novas habitações construídas, 25.515 famílias beneficiadas, 15.026 ligações de água realizadas, 20.784 ligações de esgoto realizadas, 13.346 ligações de energia realizadas, 175.000 hidrômetros instalados, 56 creches construídas, 84 praças construídas, 115,7 km² pavimentados e 26 ABCs construídos, incluindo uma unidade em Camocim e uma em Jijoca de Jericoacoara. O projeto concebe, entre outras, as seguintes ações:

- implantação do Eixo Estruturante de Turismo Leste-Oeste, envolvendo o aproveitamento, com ajustes, da CE-085, dando continuidade à integração do Litoral Sol com Fortaleza e Parnaíba, no Piauí, objetivando a futura conexão de acesso a Lençóis, no Maranhão;
- expansão do fluxo de turistas, valorizando modalidades específicas para o turismo de praia;
- redução da sazonalidade com a introdução de novas modalidades e segmentos de turismo de praia (esportes radicais e de concentração, eventos empresariais, histórico-cultural, agroturismo);
- profissionalização do artesanato local, com integração aos roteiros turísticos;
- profissionalização da pesca artesanal;
- expansão de atividades competitivas recentes como a carcinicultura;
- recuperação da competitividade de culturas tradicionais (cajucultura, coco-da-baía e extrativismo da carnaúba);



- expansão da agroindústria de produtos regionais;
- profissionalização do artesanato local, com integração aos roteiros turísticos;
- complementação (trecho Viçosa do Ceará/Granja) e consolidação do Eixo Estruturante Inter-regional Norte-Sul ligando Ipu a Camocim, e integrando definitivamente o Planalto da Ibiapaba ao Vale do Coreaú;
- implantação e complementação do Eixo Estruturante de Turismo Leste-Oeste (trecho Cruz/Granja), com aproveitamento da CE-085, condição essencial para a viabilização do Pólo de Ecoturismo da Ibiapaba, via integração interestadual (Jericoacoara/Ibiapaba/Delta do Parnaíba/Lençóis);
- consolidação dos Centros Regionais de Camocim e Jijoca de Jericoacoara;
- suporte urbano (comércio e serviços de apoio) à atividade turística a se localizar e consolidar nos locais de maior atratividade (orla e região dos lagos) — Camocim e Jijoca de Jericoacoara;
- terminal portuário de suporte à atividade pesqueira e ao turismo internacional — Camocim;
- aglutinantes turísticos — hotel-fazenda, ambientes para feiras regionais, rotas turísticas temáticas (suporte de acessibilidade, equipagem dos pontos de atratividade, sistemas de transporte e *marketing*), hotéis, *resorts*, centros de gastronomia regional, parques temáticos, aldeamentos turísticos, mirantes, ambientes para o turismo esportivo e para a produção e comercialização do artesanato regional;
- estrutura hospitalar inter-regional, nos municípios de São Benedito e Camocim;
- Pack & Housing (central de classificação e embalagem para exportação) para horticultura, fruticultura, floricultura em Tianguá, e para pescado e frutos do mar, em Camocim;
- aeroporto internacional do Litoral Oeste e Ibiapaba, em Parazinho;
- aeroportos regionais em São Benedito e Camocim;
- porto de Camocim, a ser reconfigurado para suporte ao desenvolvimento da pesca continental, à recepção de embarcações turísticas de menor porte (veleiros internacionais) e ao suporte operacional para roteiros turísticos ao longo do litoral, com destaque para a conexão Jericoacoara/Delta do Parnaíba/Lençóis Maranhenses.

2.4. Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Piauí

2.4.1. Projeto Piloto de Recuperação de Matas Ciliares nos Principais Rios do Estado

Com o objetivo de reverter a degradação de matas ciliares, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMAR) está elaborando um projeto-piloto de recuperação dessas matas nos principais rios do Piauí, visando melhorar o aspecto urbano dos rios e combater o assoreamento. Serão beneficiados pelo projeto os rios Poti, Parnaíba, Canindé, Gurguéia, Piauí e Guaribas.

A meta é plantar trinta mil mudas em 3 km lineares de margens por rio, totalizando 18 km.. As populações ribeirinhas desses municípios serão envolvidas em ações de educação e conscientização ambiental, devendo adotar as mudas, que serão fornecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), parceiro no projeto. A parceria inclui também a Fundação Rio Parnaíba (FURPA), organização não-governamental que tem experiência recuperação das matas ciliares do rio Parnaíba.

2.5. Secretaria de Agricultura Abastecimento e Irrigação do Estado do Piauí

2.5.1. Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca no Piauí

O Programa para o Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca no Estado do Piauí foi lançado no dia 28 de abril de 2003, com o objetivo de implementar ações que promovam o desenvolvimento sustentável dessas atividades, oferecendo à população condições mais dignas de vida com a promoção da cidadania, segurança alimentar, educação e saúde. Sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação, o programa visa o aumento do consumo de pescado e geração de renda para famílias que vivem da pesca e está pautado em cinco pilares: sustentabilidade, combate à pobreza, segurança alimentar, cidadania e compartilhamento de responsabilidades.

Uma das ações é a inclusão do pescado na merenda escolar de vinte municípios do Estado, estimulando o consumo e a melhora da qualidade das refeições servidas para as crianças. Além disso, o Piauí dispõe de R\$ 12 milhões, destinados para a produção de pescado em seis barragens: Salinas (São Francisco), Mesa de Pedra (Oeiras), Pedra Redonda (Conceição do Canindé), Jenipapo (São João do Piauí), Bocaina (Bocaina) e Petrônio Portella (São Raimundo Nonato).

2.6. Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos do Maranhão

2.6.1. Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (PAPL)

O Governo do Estado e o SEBRAE desenvolveram o Programa de Promoção e Desenvolvimento de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (PAPL), que em sua fase inicial destacou quinze Arranjos Produtivos Locais, beneficiando os segmentos: babaçu, cachaça, caju, caranguejo, cerâmica vermelha, leite, madeira e móveis, mel, ovinocaprinocultura, pecuária de corte, pesca artesanal e turismo/artesanato, abrangendo, aproximadamente, 108 municípios do Maranhão, sendo que em 50% deles os trabalhos serão iniciados neste exercício.

O PAPL foi elaborado por uma equipe constituída por técnicos da Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão Maranhão (GEPLAN), do SEBRAE, do Banco do Nordeste, da Universidade Estadual do Maranhão, da Gerência de Estado da Agricultura Maranhão (GEAGRO), da Gerência de Estado de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo (GEDICT), da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIE-MA) e mais algumas outras instituições. Não há informações disponíveis sobre as ações nos municípios da região de estudo.

2.7. Secretaria de Estado de Turismo

2.7.1. Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo – Plano Maior

Este Plano visa orientar o desenvolvimento turístico do Maranhão. A responsabilidade é do governo estadual, com apoio do Ministério de Turismo e da Cooperação Espanhola, tendo como área de abrangência todo o Estado²⁰. Ações programadas:

- Programa Maior Qualidade;
- Programa de Sensibilização;
- Programa de Oportunidades Turísticas;
- Programas de Marketing Profissionais;
- Programa de Treinamento;
- Programa de Sinalização;
- Programa Nova Identidade Turística;
- Programa “MARANHÃO: O Segredo do Brasil” – voltado para os turistas; e
- Programa “O segredo na imprensa” – voltado para a mídia.

²⁰ Fonte/Recursos: custo total: 821.269,20; ECI: 133.054,20; Mtur: 430.755,00; estados e municípios: 257.460,00.

3. PLANOS E PROGRAMAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONG)

3.1. Instituto TERRAMAR

3.1.1. Programa de Gestão Costeira

O Programa de Gestão Costeira é um dos programas desenvolvidos pelo Instituto TERRAMAR, ONG que atua na Zona Costeira do Ceará²¹.

O Programa Gestão Costeira tem como objetivo contribuir para a construção de um modelo de Gestão Costeira, pautado nos preceitos da sustentabilidade e da participação, no envolvimento das comunidades litorâneas e na valorização da cultura local. O programa visa incentivar e fomentar a autonomia das comunidades na gestão do meio ambiente, além de acompanhar e propor políticas públicas voltadas para o uso e ocupação sustentável da zona costeira cearense. Entre seus projetos encontram-se: Projeto um outro Turismo é Possível; Projeto Pesca Sustentável; Projeto Populações e Manguezais; Programa Desenvolvimento e Tecnologia; Programa Desenvolvimento Institucional e Organizacional e Programa Educação, Cultura e Cidadania.

²¹ Não constam informações sobre custos, fontes de financiamento, co-executores e locais de realização dos programas.

4. PLANOS E PROGRAMAS SETOR PRIVADO

4.1. Projeto Camocim Global Village

O Projeto Camocim Global Village foi planejado e desenvolvido pelo Grupo Marília, um grupo de empresas que tem como acionista majoritária e gerenciadora a Marília Holding Ltda. O Grupo Marília associou-se à Sociedade Italian Leisure Group (ILG), que planejou a parte turística, forneceu pesquisa sobre fluxos e está divulgando o novo destino turístico em várias feiras internacionais, como alternativa aos outros destinos turísticos do Caribe e dos trópicos. Na **Tabela VII 20** algumas informações sobre os empreendimentos do Grupo Marília.

Tabela VII 20 — Empreendimentos do Grupo Marília

Empreendimentos do Grupo Marília	Área (ha)	Localização	Nº de leitos	Investimento US\$	Aprovações (COEMA)
Cidade Marilha	1.000	Praia de Maceió a 12 km da cidade	30.250	502 milhões	Aprovado – Resolução nº 10 de 25/07/2002
Caraúbas	100	a 6 km da cidade	2.090	40 milhões	
Praia do Farol	50	a 3 km da cidade	2.828	53 milhões	Aprovado – Resolução nº 22 de 26/08/2004
Porto Marilha (porto turístico)	4	Cidade de Camocim	545	49 milhões	em andamento
Residencial Ilha do Amor	2				
Área Barreiras	40	Faixa de terra entre as margens do rio Coreau e do Lago Seco	3.042 (já tem o Boa Vista Resort com 123 apart.)		
Aeroporto Internacional		Parazinho (Granja/Camocim)	-	-	Aprovado – Resolução nº 21 de 26/08/2004

Fontes: Grupo Marilha (www.marilha.com) e SEMACE (www.semace.ce.gov.br), 2006.

O projeto nasceu da idéia de se constituir um "novo destino turístico tropical para o mercado internacional, a menos de nove horas de voo da Europa Central, com pleno respeito ao meio ambiente e valorizando a cultura local". E com esse propósito serão destinados recursos para: proteção ambiental de áreas lacustres (US\$ 4 milhões); educação ambiental da população (US\$ 1 milhão); fortalecimento institucional voltado para turismo (US\$ 7 milhões); e elevação da categoria do aeroporto de Camocim para a escala internacional (US\$ 10 milhões).

Dentre os empreendimentos previstos, Praia do Farol e Cidade Marília foram aprovados pelo COEMA, bem como o aeroporto internacional. O empreendimento Praia do Farol tem uma superfície de, aproximadamente, 50 ha e dista 3 km do centro da cidade; foi aprovada a construção do *Resort* Caranguejo, com cerca de quinhentos leitos e serviços de flat formado por 132 apartamentos, divididos em onze edifícios, além de outras construções, totalizando 2.828 leitos. Já na praia de Maceió foi aprovada a construção da Cidade Marília, cuja fase inicial já foi aprovada pela SEMACE, que licenciou a construção de 1810 leitos, distribuídos em pousadas, flats, residências, condomínios e hotéis.



4.2. Condado Ecológico de Camocim

Além do Camocim Global Village, está sendo planejado também, um outro mega-projeto no município de Camocim: o Condado Ecológico, de responsabilidade da empresa Vitória Régia Empreendimentos Ltda. Com uma área de mais de 5.000 ha, prevê a construção de hotéis, um parque temático natural, áreas de preservação ambiental e equipamentos de entretenimento e lazer. Contando com apoio político do governo estadual, objetiva "proteger a biodiversidade, gerar programas de inclusão social para os moradores locais e tornar a área atrativa a investimentos".